



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

(530102)

OBJETO

CONTRATAÇÃO POR REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA VISANDO A RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS OCUPADOS PELA SEDE DA SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL E OUTRAS UNIDADES NO ESTADO DE SÃO PAULO COM ADEQUAÇÕES DE INFRAESTRUTURA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.181.320,09 (SEIS MILHÕES, CENTO E OITENTA E UM MIL TREZENTOS E VINTE REAIS E NOVE CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 19/06/2026 ÀS 10H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR DESCONTO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

**GOVERNO DO ESTADO DE PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018.00014203/2025-97

Torna-se público que o ESTADO DE SÃO PAULO , por meio da SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, por intermédio da SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA, sediada da Avenida Rangel Pestena, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da

legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital e outras unidades no Estado de São Paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 01 (um), a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.2. Considerando o valor estimado da contratação objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual único de desconto, a ser registrado no item do sistema compras.gov, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. O desconto informado na proposta, deverá ser aplicado de forma linear sobre os preços constantes no Anexo V do TR - Planilha de Proposta de Preços.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante

deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Desconto unitário e total sobre o valor do preço do item

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. No julgamento das propostas, será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, por meio do chat do sistema eletrônico e mediante abertura de anexo, o envio da planilha de formação de custos, elaborada com base nos quantitativos estimados constantes da planilha integrante do Anexo deste Edital, não sendo admitida a alteração desses quantitativos, os quais servirão exclusivamente como base de referência para a aplicação do percentual linear de desconto.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10.1. Considerando o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na tabela Anexo deste Edital.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento) do valor da proposta.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance o ofertado após a negociação realizada, acompanhada, da Planilha de Proposta de Preços, Anexo V do TR.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado encontra-se decomposto em seus respectivos custos unitários, por meio de planilha elaborada pela Administração, conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha de formação de custos, elaborada com base na referida planilha, com os valores ajustados ao valor final de sua proposta, mediante a aplicação do percentual único e linear de desconto.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de

Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.2.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto percentual de desconto igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com percentual de desconto igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com percentual de desconto igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com percentual de desconto igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua

eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: licitacoes.sgc@sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração; ou a ata de registro de preços

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) e sempre tomará por base a gravidade da infração, seus impactos.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. Nesta licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica , pelo seguinte meio: licitacoes.sgc@sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas por meio do Portal Compras Gov (aba - impugnações e esclarecimentos): sistema compras.gov, e enviadas pelo sistema para o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas

que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Site Oficial da Secretaria de Gestão e Governo Digital: sggd.sp.gov.br/sggd em menu/aba: Transparência/Licitações e Contratos/Licitações em Andamento.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I do TR – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.1.2. Anexo II do TR - Planilha de custos;

14.15.1.3. Anexo III do TR - Minuta Ordem de Serviço;

14.15.1.4. Anexo IV do TR - Memorial Descritivo

14.15.2. ANEXO II – Minuta Termo de Contrato

14.15.3. ANEXO III – Modelo Pedido de Esclarecimento

14.15.4. ANEXO IV – Modelo Pedido de Impugnação

14.15.5. ANEXO V – Minuta Ata de Registro de Preço

Assinado digitalmente

DANIELLE REIS QUEIROGA DE FRANÇA

Coordenadora de Licitações e Contratos

Diretoria de Administração

Subsecretaria de Gestão Corporativa



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109123085** e o código CRC **8E78BA4A**.

ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	530102-ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	VITOR NASCIMENTO DA SILVA	02/06/2026 12:17 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	105/2026	018.00014203/2025-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação por **REGISTRO DE PREÇO** de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital e outras unidades no Estado de São Paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	COMPRAS	UF	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reforma Predial (O valor final proposto deverá contemplar todos os itens constantes no Anexo II, que servirão de base para sua composição)	79073	1627	Un	6.181.320,09	R\$ 1,00	R\$ 6.181.320,09

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por mais 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

1.6. Poderão ser subcontratados os seguintes serviços:

1.6.1. Adequação de Sistema de Ar-Condicionado;

1.6.2. Instalação de Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 39467292000102-0-000001/2026, 39467292000102-0-000004/2026 e 39467292000102-0-000005/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2025 e 29/01/2026;

III) Identificador da Futura Contratação: 530102-105/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional, bem como a geração de recursos e equipamentos de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.1.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Essa também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação

4.1.3. A contratada deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação e critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública.

Garantia da contratação

5.2.1. Edifício sede: localizado na Avenida Rangel Pestana, 300 – Centro, São Paulo – CEP: 01017-000;

5.2.2. DPME: Avenida Prefeito Passos, S/n – Liberdade, São Paulo, CEP 01517-020;

5.2.3. Cidade I: Rua Boa Vista, 170 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo, CEP 01014-930;

5.2.4. Cidade II: R. Boa Vista, 175 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01014-930;

5.2.5. Cidade IV: R. Boa Vista, 150 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01014-930;

5.2.6. Rua Voluntários da Pátria, 596 - Santana, São Paulo, CEP 02010-000;

5.2.7. Os serviços poderão ser executados em dias úteis e não úteis, em horário comercial e não comercial, a depender da necessidade da Contratante e das especificidades de cada demanda, mediante prévia solicitação da Administração, circunstância que deverá ser considerada pelos licitantes na formulação de suas propostas.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 60 (sessenta) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução de serviços. A exigência de manutenção de preposto no local da execução justifica-se pela necessidade de assegurar acompanhamento técnico e operacional contínuo dos serviços, garantindo interlocução imediata com a fiscalização contratual, pronta solução de intercorrências e adequada coordenação das atividades executadas.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Apresentação de planilha de execução dos serviços realizados conforme anexo referenciado no edital juntamente com o relatório da medição mensal.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro específico, a ser elaborado de acordo com cada demanda e o respectivo serviço a ser executado, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.6.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. O Contratante exigirá do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) Relatório de testes de conformidade das Instalações Elétricas ;
- c) Relatório de testes do Sistema de Ar-Condicionado;
- d) Relatório de testes e certificação do cabeamento lógico.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.11.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO - SRP, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO SOBRE a PLANILHA DE CUSTOS conforme Anexo II deste Termo de Referência.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de visita prévia;

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional CREA/CAU, em plena validade;

8.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.24. Apresentação dos profissionais abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, também abaixo indicados:

a) Para o Engenheiro Civil: serviços de: Divisórias duplas de vidros com micro persianas, pinturas, raspagem de tacos e aplicação de verniz;

b) Para o Engenheiro Elétrico: serviços de: Instalações elétricas contendo iluminação, pontos de energia normal e estabilizada, instalação de no-breaks, pontos de lógica, de cabeamento estruturado;

c) Para o Engenheiro Mecânico: serviços de: Adequação de equipamentos de ar-condicionado.

8.24.1. Os profissionais indicados na forma da subdivisão acima deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.24.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo dos profissionais a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócios, de cópia do contrato social atualizado.

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. Serviços civis para a área de 2.200 m² dentre os serviços: Divisórias duplas de vidros com micro persianas, Paredes drywall, pinturas, raspagem de tacos e aplicação de verniz;

8.25.1.2. Serviço de instalações elétricas BT (baixa tensão) com potência instalada de 100 KVA contendo: Instalações elétricas, iluminação, pontos de energia normal e estabilizada, instalação de no-breaks, pontos de lógica, de cabeamento estruturado;

8.25.1.3. Serviço de ar-condicionado com capacidade instalada de 15 TR.

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal.

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 6.181.320,09 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e vinte reais e nove centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo II - Planilha de Custos. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

11. ANEXO

11.1. Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

11.1.1. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

11.1.2. Anexo II – Planilha de Custos;

11.1.3. Anexo III – Ordem de Serviço;

11.1.4. Anexo IV – Memorial Descritivo;

11.1.5. Anexo V – Planilha de Proposta de Preços;

11.1.6. Anexo VI – Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCINEIDE CRUZ DE SENA

Chefe de Divisão de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 11:43:19.

INES DA CONCEICAO COSTA

Coordenadora de Bens e Serviços



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 12:17:00.

ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 38/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 018.00014203/2025-97

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD possui papel estratégico na formulação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à modernização da gestão governamental, transformação digital, gestão de pessoas, infraestrutura administrativa e aprimoramento dos serviços públicos no âmbito do Estado de São Paulo. No contexto de contínua expansão de suas atribuições institucionais e reestruturação administrativa, a Secretaria vem passando por significativa ampliação de sua estrutura organizacional e do quantitativo de servidores, em razão da incorporação da Diretoria-Geral de Planejamento e Pessoas (DGPP), da chegada contínua de servidores oriundos do Detran, bem como da absorção gradual de unidades do interior, fatores que impactam diretamente a ocupação e a organização dos espaços físicos atualmente disponíveis.

O crescimento institucional e a constante evolução dos arranjos organizacionais evidenciaram limitações relevantes na configuração dos ambientes existentes, os quais não atendem de forma satisfatória às necessidades de acomodação das equipes, à adequada organização dos fluxos de trabalho e à instalação das infraestruturas técnicas indispensáveis ao funcionamento da unidade. Verificou-se a necessidade de reorganização dos espaços mediante compartimentação adequada dos ambientes, adequação das instalações elétricas, lógicas e de climatização, bem como intervenções correlatas necessárias para assegurar funcionalidade, segurança e conformidade às normas técnicas aplicáveis. Além disso, a natureza dinâmica das atividades da Secretaria exige capacidade contínua de adaptação dos ambientes físicos às alterações de layout e às demandas administrativas supervenientes, circunstância já evidenciada pela realização de múltiplas solicitações de pequenos reparos, adequações e reorganizações internas ao longo do exercício de 2025, algumas executadas mediante aditivos contratuais e outras postergadas em razão da necessidade de nova contratação.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia destinados à instalação e remoção de divisórias em vidro e drywall, adequações de infraestrutura elétrica, lógica e de climatização, além dos serviços acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento dos ambientes administrativos, com fornecimento de materiais e elaboração dos projetos de execução pertinentes. A contratação busca assegurar ambientes adequados, seguros, funcionais e compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria, promovendo melhores condições de trabalho, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos prestados. A não adoção da solução proposta tende a perpetuar limitações estruturais atualmente existentes, com potenciais impactos negativos sobre a segurança das instalações, a produtividade das equipes, a eficiência dos fluxos internos e a capacidade institucional de adaptação às mudanças organizacionais, podendo comprometer a adequada prestação dos serviços públicos e a consecução das finalidades institucionais da SGGD.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4.2 Requisitos de sustentabilidade

- Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.
- A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais dos serviços, removendo e promovendo a devida destinação.
- A contratada deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação e critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública.

4.3 Requisitos legais e normativos aplicáveis

A contratação deverá observar, entre outras normas aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto Federal nº 11.462/2023, quanto ao Sistema de Registro de Preços;
- Lei nº 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e Agronomia;
- Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo e institui o CAU;
- Lei nº 6.496/1977, referente à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- Resolução CONAMA nº 307/2002, referente à gestão dos resíduos da construção civil;
- Normas técnicas da ABNT aplicáveis às instalações elétricas, infraestrutura lógica, climatização, divisórias, drywall, desempenho de edificações e segurança das instalações;
- Demais normas técnicas e regulatórias aplicáveis à execução dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Caracterização da Necessidade e do Mercado

A Administração identificou a necessidade de contratação de serviços comuns de engenharia destinados à execução de reformas em instalações prediais, compreendendo, dentre outros, serviços de instalação e remoção de divisórias de vidro e drywall, estruturas metálicas, persianas, materiais de vedação, adequações de infraestrutura elétrica, lógica e de climatização, restauração de acabamentos, fornecimento de materiais e demais intervenções acessórias necessárias à adequada reorganização dos ambientes administrativos.

Os serviços pretendidos não implicam alteração estrutural da edificação, tampouco envolvem soluções técnicas singulares ou de elevada complexidade intelectual, sendo passíveis de especificação objetiva por meio de padrões usuais de desempenho e qualidade amplamente disponíveis no mercado. Nesse sentido, o objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021:

“serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.”

O levantamento de mercado evidenciou a existência de número significativo de empresas especializadas aptas à execução dos serviços demandados, incluindo empresas dos segmentos de manutenção predial, engenharia civil, instalações elétricas, divisórias corporativas e infraestrutura complementar. Trata-se de mercado consolidado, estável e competitivo, com ampla disponibilidade de fornecedores capazes de atender às especificações técnicas pretendidas pela Administração.

A experiência administrativa recente também corrobora essa conclusão, considerando que serviços de natureza semelhante já foram objeto de contratação no âmbito da Administração Pública, inclusive no processo SEI nº 018.00015153/2024-84, no qual se analisou objeto correlato mediante realização de pregão eletrônico, evidenciando a viabilidade competitiva da contratação.

Além disso, os parâmetros referenciais de custos obtidos a partir de tabelas oficiais de composição de preços aplicáveis ao setor da construção civil, especialmente a tabela da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), demonstram compatibilidade do objeto com práticas ordinárias de mercado, contribuindo para a formação de preços referenciais, ampliação da competitividade e mitigação de riscos de sobrepreço ou inexequibilidade.

5.2 Avaliação das Alternativas de Contratação

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada ao atendimento da necessidade institucional, foram avaliadas diferentes alternativas sob os aspectos jurídicos, operacionais e econômicos:

a) Contratação por escopo fechado com quantitativos previamente definidos

A celebração de contrato com quantitativos fixos previamente estabelecidos não se mostra adequada à presente demanda, diante da impossibilidade de definição precisa do volume, frequência e extensão das intervenções necessárias ao longo do exercício. O objeto possui natureza recorrente e variável, diretamente influenciada pelas alterações organizacionais da Secretaria, reorganização de layouts, expansão das equipes e necessidades supervenientes de adequação dos espaços físicos.

A adoção de quantitativos previamente fixados poderia resultar tanto em subdimensionamento quanto em superdimensionamento da contratação, comprometendo a economicidade e a eficiência administrativa, além de potencialmente demandar novos procedimentos licitatórios no decorrer do exercício.

b) Contratações individualizadas por demanda

A realização de procedimento licitatório autônomo para cada intervenção, embora juridicamente possível, não se mostra eficiente sob o aspecto operacional e administrativo. Essa alternativa implicaria multiplicidade de processos administrativos, elaboração recorrente de estudos técnicos, termos de referência, pesquisas de preços e tramitação integral de procedimentos licitatórios para demandas frequentemente urgentes ou de rápida implementação.

Tal cenário resultaria em aumento dos custos administrativos da contratação, morosidade processual, maior risco de descontinuidade dos serviços e dificuldades na resposta tempestiva às necessidades institucionais.

c) Sistema de Registro de Preços (SRP) por meio de Pregão Eletrônico

O Sistema de Registro de Preços (SRP), operacionalizado por meio de pregão eletrônico, apresenta-se como a alternativa mais eficiente, econômica e adequada ao atendimento da necessidade institucional.

A adoção do SRP encontra fundamento no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, especialmente em razão da natureza recorrente dos serviços, da remuneração por unidade de medida e da impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos efetivamente demandados durante a vigência da ata.

A sistemática permite que as contratações sejam realizadas de forma parcelada, conforme efetiva necessidade da Administração, reduzindo riscos de superestimativa de demanda, desperdício de recursos públicos e descontinuidade das atividades administrativas, assegurando maior flexibilidade, economicidade e racionalização da gestão contratual.

A escolha do pregão eletrônico justifica-se pelo enquadramento do objeto como serviço comum de engenharia, passível de especificação objetiva e amplamente ofertado no mercado, favorecendo a ampliação da competitividade, a transparência, a isonomia entre licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.3 Da Intenção de Registro de Preços (IRP) e da possibilidade de adesão à Ata

Considerando as características do objeto, a Administração promoverá a divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP), possibilitando que outros órgãos e entidades da Administração Pública manifestem previamente interesse em participar do procedimento licitatório, mediante apresentação de estimativas de demanda compatíveis com o objeto.

A medida visa ampliar a eficiência administrativa, promover racionalização das contratações públicas, potencializar ganhos de escala e favorecer eventual redução de custos, sem prejuízo ao atendimento da necessidade específica da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD.

Adicionalmente, após a formalização da Ata de Registro de Preços, poderão ser admitidas adesões de órgãos ou entidades não participantes, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, desde que observados os requisitos legais, a vantajosidade da adesão, os limites regulamentares aplicáveis e mediante anuência do órgão gerenciador e concordância do fornecedor registrado.

Diante do exposto, conclui-se que a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, representa a solução mais adequada ao atendimento da necessidade institucional, por combinar flexibilidade operacional, economicidade, padronização dos serviços, competitividade e eficiência administrativa.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à adequação, reorganização e modernização dos ambientes físicos da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD e demais unidades localizadas no Estado de São Paulo, contemplando intervenções de natureza civil, elétrica, lógica e de climatização, necessárias à reorganização dos espaços administrativos e ao adequado funcionamento das atividades institucionais.

A contratação compreenderá a execução integrada de serviços relacionados à instalação, remoção e remanejamento de divisórias em vidro e drywall, adequações de infraestrutura elétrica, lógica e de refrigeração, restauração de acabamentos e demais intervenções correlatas, incluindo o fornecimento integral de materiais, equipamentos, mão de obra, insumos e demais elementos necessários à plena execução do objeto.

Em razão da natureza variável e recorrente das demandas, bem como da impossibilidade de definição prévia e exata de todos os quantitativos e configurações dos ambientes a serem adequados ao longo da vigência contratual, os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração, conforme necessidades efetivamente identificadas.

Para cada demanda, a contratada deverá realizar levantamento técnico do ambiente e elaborar o Pré Projeto específico, contendo os elementos necessários e suficientes ao adequado dimensionamento da intervenção, incluindo, conforme aplicável, detalhamento arquitetônico, instalações elétricas, infraestrutura lógica, climatização, memoriais descritivos, especificações técnicas, quantitativos, cronograma de execução e demais informações necessárias à perfeita execução dos serviços. O Projeto de Execução deverá assegurar a compatibilização entre os sistemas envolvidos, a viabilidade técnica da solução e a adequada integração das intervenções previstas.

O escopo da contratação compreende, de forma exemplificativa e não exaustiva, os seguintes serviços:

I – Serviços civis

a) Retirada, remanejamento e instalação de divisórias, paredes leves e sistemas em drywall;

a) Retirada dos equipamentos de ar-condicionado de uso individual, tipo fancolete adequando ao projeto de execução.

b) Execução de tubulações frigorígenas para os equipamentos de ar-condicionado tipo fancolete.

c) Instalação de cabos elétricos de alimentação elétrica, individua dos equipamentos de ar-condicionado tipo fancolete.

d) Entrega do relatório de testes em conformidade com o projeto de execução.

e) Instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split com capacidade de 30.000 BTU/H.

- a) Projeto de Instalações Elétricas
- b) Projeto de Pontos de Lógica
- c) Projeto de Climatização
- d) Projeto de Arquitetura

Diante dessas características, concluiu-se pela adoção de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP)**, considerando tratar-se de serviço comum de engenharia, objetivamente padronizável, com demanda recorrente e quantitativos variáveis, permitindo à Administração maior flexibilidade na execução das intervenções ao longo da vigência da ata, com racionalização dos custos administrativos, economicidade e maior eficiência operacional.

Será realizada **Intenção de Registro de Preços (IRP)**, possibilitando a participação prévia de outros órgãos e entidades eventualmente interessados em demandas compatíveis com o objeto. Ademais, após a formalização da Ata de Registro de Preços, poderão ser admitidas adesões de órgãos ou entidades não participantes, observados os requisitos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e as condições de vantajosidade para a Administração.

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas pela área técnica com base em levantamento preliminar das necessidades atuais e projetadas de reorganização dos ambientes físicos da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, considerando as intervenções relacionadas à instalação e remoção de divisórias em vidro e drywall, adequações de infraestrutura elétrica, lógica e de climatização, bem como os serviços acessórios indispensáveis à plena funcionalidade dos espaços administrativos.

A metodologia adotada para definição dos quantitativos observou critérios técnicos e históricos, considerando, cumulativamente:

- a) o diagnóstico das condições atuais dos ambientes ocupados pela Secretaria e das necessidades de readequação física identificadas pelas áreas técnicas;
- b) a expansão da estrutura organizacional da SGGD, especialmente em razão da incorporação da Diretoria-Geral de Planejamento e Pessoas (DGPP), da chegada contínua de servidores oriundos do Detran e da absorção gradual de unidades do interior, fatores que impactam diretamente a ocupação dos espaços e demandam reorganização contínua dos layouts administrativos;

c) o histórico recente de demandas relacionadas à adequação dos ambientes físicos, incluindo pequenos reparos, remanejamentos, alterações de layout e adequações prediais realizadas ao longo do exercício de 2025, algumas executadas mediante aditivos contratuais e outras postergadas em razão da necessidade de nova contratação;

d) a projeção de novas demandas decorrentes da dinâmica institucional, das alterações organizacionais e da necessidade de adequação contínua dos ambientes às atividades desempenhadas pela Secretaria.

Considerando a natureza recorrente, variável e imprevisível das intervenções, característica inerente ao modelo de contratação por Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados possuem caráter referencial e representam projeção de consumo destinada a assegurar capacidade de atendimento das necessidades institucionais ao longo da vigência da ata, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração.

O detalhamento técnico dos quantitativos estimados, unidades de medida, especificações dos itens e respectivas memórias de cálculo encontra-se consolidado no documento SEI nº 0105241963), integrante do presente processo administrativo, elaborado pela área técnica competente.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.181.320,09

O valor estimado da contratação é de R\$ 6.181.320,09 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e vinte reais e nove centavos), conforme planilha orçamentária constante do documento SEI nº Anexo II do TR - Planilha de Custos (0105241963).

A estimativa foi elaborada pela área técnica com base nos quantitativos projetados e em referenciais oficiais de preços do setor da construção civil, especialmente a Tabela CDHU, complementados, quando necessário, por composições referenciais e parâmetros de mercado compatíveis com as especificidades do objeto.

Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), o valor estimado possui caráter referencial, representando projeção máxima de consumo durante a vigência da ata, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, que realizará as contratações conforme necessidade efetiva.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, que envolve a execução integrada dos serviços de instalação de divisórias de vidro e drywall, bem como as adequações da rede elétrica e demais intervenções necessárias à reforma dos ambientes, conclui-se que o parcelamento da solução não é tecnicamente viável.

Os serviços a serem executados apresentam elevada interdependência técnica e operacional, uma vez que a implantação das divisórias demanda ajustes simultâneos na infraestrutura elétrica e nas demais etapas construtivas, de modo a assegurar o adequado funcionamento dos ambientes, o atendimento às normas técnicas aplicáveis e a compatibilidade entre os sistemas instalados. A eventual execução por fornecedores distintos poderia comprometer a integridade do conjunto da solução, gerar dificuldades de coordenação, sobreposição de responsabilidades, riscos de atrasos entre etapas e prejuízos à qualidade final dos serviços.

No caso de reformas prediais, a divisão do objeto mostra-se inviável do ponto de vista da eficiência técnica, uma vez que o atraso ou falha na execução de uma etapa construtiva impacta diretamente as etapas subsequentes, acarretando aumento de custos, retrabalhos e comprometimento do cronograma físico-financeiro. A gestão da execução por um único contratado permite maior controle por parte da Administração, além de concentrar a responsabilidade pela execução integral do objeto e pela garantia dos resultados em uma única pessoa jurídica.

Sob o aspecto econômico, a contratação integrada também se mostra mais vantajosa, pois favorece a economia de escala, a diluição dos custos administrativos e a redução dos encargos relacionados à gestão de múltiplos contratos, resultando em maior eficiência na execução e menor custo global para a Administração.

Dessa forma, a opção pela não divisão do objeto em lotes encontra respaldo nos aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como no disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos incisos I e II, que vedam o parcelamento quando a economia de escala, a maior vantagem na contratação ou a natureza de sistema único e integrado puderem comprometer a execução adequada do objeto.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Conclui-se, portanto, que a contratação do objeto por um único fornecedor assegura a adequada execução dos serviços, a continuidade das atividades administrativas e a observância dos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não está atrelada a nenhuma outra contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 39467292000102-0-000001/2026, 39467292000102-0-000004/2026 e 39467292000102-0-000005/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 10/09/2025 e 29/01/2026;
- III. Identificador da Futura Contratação: 530102-105/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa à adequação e reorganização dos espaços físicos ocupados pela Secretaria, por meio da instalação de divisórias em vidro e drywall, bem como da execução de serviços de adequação da rede elétrica, de modo a atender às necessidades da estrutura administrativa e garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades institucionais.

As intervenções propostas têm como finalidade otimizar a distribuição dos ambientes, promover maior integração entre as equipes e conferir maior funcionalidade aos espaços, contribuindo para a agilidade dos fluxos de trabalho e para a eficiência das atividades administrativas.

A adequação dos ambientes busca harmonizar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos servidores, assegurando conforto, segurança e melhores condições de desempenho funcional, com reflexos positivos na produtividade e na qualidade dos serviços prestados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição é viável tecnicamente e economicamente, conforme estabelecido nos itens 2, 7, 8 e 9 desse Estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCINEIDE CRUZ DE SENA

Chefe de Divisão de Infraestrutura

Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 11:40:05.

INES DA CONCEICAO COSTA

Coordenadora de Bens e Serviços

Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 12:16:13.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DO ITEM CDHU	TOTAL DO ITEM CDHU	ITEM SINAPI	VALOR DE REFERÊNCIA SINAPI	TOTAL DO ITEM SINAPI	VALOR UNITÁRIO (MÉDIA)	VALOR TOTAL
1	ELÉTRICA										
1.1	PONTOS DE ENERGIA NORMAL, FORÇA E ESTABILIZADA										
38.07.700	Canaleta aparente com tampa em PVC, autoextinguível, de 85 x 35 mm, com acessórios	Canaleta aparente com tampa em PVC, na cor preta, de 4 vias, dimensões (85 x 35) mm, autoextinguível; referência 1122-05/06-BR. Com conexões, fixa cabos e materiais acessórios para a instalação completa.	m	450	75,02	33.759,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 75,02	R\$ 33.759,00
38.07.740	Suporte com furos de tomada em PVC de 85 x 35 x 150 mm, para canaleta aparente	Fornecimento e instalação de suporte com furos de tomada RJ e/ou de energia em PVC, dimensões (85 x 35 x 150) mm, para canaleta aparente; referência 1126-27/28/31/32/33/34/37/74/76/96-BR	unid	150	13,26	1.989,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 13,26	R\$ 1.989,00
38.15.010	Eletroduto Metálico flexível c/capa de PVC de 3/4"	Eletroduto metálico flexível constituído internamente por condute metálico flexível fabricado em espiral com fita de aço carbono galvanizado a fogo, zincado pelo processo de imersão à quente, revestido externamente, envolvendo todo o tubo, com espessa camada de PVC extrudado, para temperaturas até 60°C, referência Sealtubo e a mão de obra necessária para a instalação	m	300	28,82	8.646,00	C 106669	12,87	R\$ 3.861,00	R\$ 20,85	R\$ 6.253,50
38.21.110	Eletrocalha lisa Galvanizada a fogo 50x50mm c/acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 50 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, ts, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m	210	80,12	16.825,20	I 041549	13,84	R\$ 2.906,40	R\$ 46,98	R\$ 9.865,80
38.22.130	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 200x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 200 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, ts, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m	400	163,00	65.200,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 163,00	R\$ 65.200,00
38.22.160	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 400x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 400 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, ts, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m	400	269,77	107.908,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 269,77	R\$ 107.908,00
39.03.170	Cabo de cobre de #2,5mm ² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m	30000	4,64	139.200,00	C 91927	6,16	R\$ 184.800,00	R\$ 5,40	R\$ 162.000,00
39.03.174	Cabo de cobre de #4,0mm ² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m	15000	6,16	92.400,00	C 91929	9,00	R\$ 135.000,00	R\$ 7,58	R\$ 113.700,00
39.24.152	Cabo de cobre flexível de 3x#2,5mm ² - isolamento 500V - 70°C PP	Condutores de cobre nu flexível, tempera mole, classe 4 ou 5 de encordoamento, Isolação e cobertura em PVC, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos, temperatura de 70°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo. Norma NBR NM 280.	m	2000	17,95	35.900,00	I 039258	9,80	R\$ 19.600,00	R\$ 13,88	R\$ 27.750,00
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250V - completa	Ttomada de 10 A - 250V, 2P + T, com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Norma técnica: NBR 14136.	unid	1875	29,59	55.481,25	C 91996	48,67	R\$ 91.256,25	R\$ 39,13	R\$ 73.368,75
40.06.040	Condulete metálico 3/4"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid	2829	42,41	119.977,89	C 95795	45,85	R\$ 129.709,65	R\$ 44,13	R\$ 124.843,77
40.06.060	Condulete metálico 1"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid	1125	50,96	57.330,00	C 95796	56,37	R\$ 63.416,25	R\$ 53,67	R\$ 60.373,13
40.07.020	Caixa em PVC de 4" x 4"	Caixa de 4 x 4, em PVC rígido, antichama, na cor amarela, com olhais para instalação de eletrodutos e orelhas para fixação de espelho	unid	300	20,78	6.234,00	C 91944	18,27	R\$ 5.481,00	R\$ 19,53	R\$ 5.857,50
40.20.140	Placa de 4" x 4"	Placa, com ou sem furo central independente do formato, em poliestireno de 4 x 4, termoplástico de alto impacto	unid	300	11,58	3.474,00	I 038095	5,55	R\$ 1.665,00	R\$ 8,57	R\$ 2.569,50
1.2	QUADROS ELÉTRICOS/CABOS										
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	Mão de obra necessária para a remoção completa de disjuntor termomagnético	unid	1960	13,96	27.361,60	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 13,96	R\$ 27.361,60
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	Mão de obra necessária para a remoção completa de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem, inclusive os componentes internos	m ²	6	111,66	669,96	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 111,66	R\$ 669,96
37.04.280	Quadro de Distribuição de sobrepor p/44 disjuntores DIN - 150A	quadro de distribuição universal de sobrepor em chapa de aço tratada com pintura eletrostática epóxi a pó para disjuntores 44 DIN / 32 BOLT-ON e barramento bifásico ou trifásico, corrente nominal de 150A, composto por caixa, placa de montagem, espelho, tampa com fecho e suporte ou trilho para fixação de disjuntores; abertura ampliada na parte superior do espelho para até 11 módulos; Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro	unid	6	1.162,43	6.974,58	I 039760	873,48	R\$ 5.240,88	R\$ 1.017,96	R\$ 6.107,73
37.10.010	Barramento de cobre nu	Barramento em lâmina chata de cobre eletrolítico nu, nas várias bitolas de acordo com a corrente nominal especificada em projeto	kg	39	132,82	5.179,98	I 012329	147,03	R\$ 5.734,17	R\$ 139,93	R\$ 5.457,08
37.13.600	Disjuntor termomagnético unipolar 127/220V - corrente de 10 A a 30 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, unipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 30 A e tensão de 127 / 220 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid	816	28,31	23.100,96	I 034653	7,85	R\$ 6.405,60	R\$ 18,08	R\$ 14.753,28

37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, bipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 50 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid	30	168,87	5.066,10	1034623	44,32	R\$ 1.329,60	R\$ 106,60	R\$ 3.197,85
37.13.660	Disjuntor termomagnético tripolar 220/380V - corrente de 60 a 100 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, tripolar, modelos com correntes variáveis de 60 A até 100 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid	19	266,01	5.054,19	1002373	96,18	R\$ 1.827,42	R\$ 181,10	R\$ 3.440,81
38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2" com acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 1 1/2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reatero apoiado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m	20	84,55	1.691,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 84,55	R\$ 1.691,00
38.04.120	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 2" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reatero apoiado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m	270	99,12	26.762,40	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 99,12	R\$ 26.762,40
38.04.160	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 3" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reatero apoiado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m	270	154,29	41.658,30	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 154,29	R\$ 41.658,30
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 150 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m	9	113,23	1.019,07	1043962	23,07	R\$ 207,63	R\$ 68,15	R\$ 613,35
39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabos de 6 mm ² até 10 mm ² .	unid	50	16,14	807,00	1001573	1,63	R\$ 81,50	R\$ 8,89	R\$ 444,25
39.10.160	Terminal de pressão/compressão p/cabos #50mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 50 mm ² .	unid	100	25,08	2.508,00	1001578	5,65	R\$ 565,00	R\$ 15,37	R\$ 1.536,50
39.10.200	Terminal de pressão/compressão p/cabos #70mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 70 mm ² .	unid	60	24,34	1.460,40	1001579	7,04	R\$ 422,40	R\$ 15,69	R\$ 941,40
39.21.090	Cabo de cobre flexível de #50mm ² - isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90° e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m	550	51,07	28.088,50	C 92988	65,36	R\$ 35.948,00	R\$ 58,22	R\$ 32.018,25
39.21.100	Cabo de cobre flexível de #70mm ² - isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90° e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m	550	69,04	37.972,00	C 92990	90,20	R\$ 49.610,00	R\$ 79,62	R\$ 43.791,00
39.26.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm ² , isolamento 0,6/1 KV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, tempera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefinico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.	m	400	10,35	4.140,00	C 91931	12,62	R\$ 5.048,00	R\$ 11,49	R\$ 4.594,00
39.26.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm ² , isolamento 0,6/1 KV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, tempera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefinico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.	m	500	14,66	7.330,00	C 91933	20,04	R\$ 10.020,00	R\$ 17,35	R\$ 8.675,00
40.04.140	Tomada 3P+T de 32 A, blindada industrial de sobrepor negativa	Tomada de três pólos e um terra para 32 A/220 V, tipo industrial blindada de sobrepor, negativa; com carcaça, prensa cabos e aliviador de tensão em poliamida auto-extinguível (nylon 6.6); tampa trava, subtampa e arruela trava em policarbonato; terminais em latão maciço com banho prata; contato móvel em bronze com banho prata.	unid	2	289,53	579,06	1007525	48,99	R\$ 97,98	R\$ 169,26	R\$ 338,52
40.04.340	Plugue e tomada 2P+T de 16 A de sobrepor - 380 / 440 V	Conjunto de tomada de sobrepor, constituído por: tomada com dois pólos e um terra para 16 A e 380 / 440 V; tipo industrial blindada, grau de proteção IP 44; Inclui também o plugue grau de proteção IP 44.	unid	20	350,13	7.002,60	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 350,13	R\$ 7.002,60

40.06.100	Condulete metálico de 1 1/2´	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio sílcio de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1 1/2, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid	12	81,99	983,88	1002576	50,01	R\$ 600,12	R\$ 66,00	R\$ 792,00
40.10.100	Contator de Potência 50 A - 2NA+2NF	Contator de potência para corrente nominal de 50 A, com dois contatos normalmente abertos e dois contatos normalmente fechados, para tensões variáveis de 24 V até 440 V e frequência de 50 Hz ou 60 Hz conforme o modelo	unid	8	603,28	4.826,24	C 106301	853,39	R\$ 6.827,12	R\$ 728,34	R\$ 5.826,68
40.10.100	Contator de Potência 50 A - 2NA +2NF (REVERSORA DE 40A)	Contator de potência para corrente nominal de 50 A, com dois contatos normalmente abertos e dois contatos normalmente fechados, para tensões variáveis de 24 V até 440 V e frequência de 50 Hz ou 60 Hz conforme o modelo, com reversora de 40A.	unid	1	603,28	603,28	C 106301	853,39	R\$ 853,39	R\$ 728,34	R\$ 728,34
40.20.050	Sinalizador com lâmpada	Botão sinalizador frontal com lâmpada.	unid	2	111,39	222,78	C 97054	30,60	R\$ 61,20	R\$ 71,00	R\$ 141,99

1.3	ILUMINAÇÃO										
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação	Mão de obra necessária para a remoção completa de aparelho de iluminação ou projetor, fixo em teto, piso ou parede	unid	1148	22,33	25.634,84	C 97665	2,73	R\$ 3.134,04	R\$ 12,53	R\$ 14.384,44
04.18.340	Remoção de condutete	Mão de obra necessária para a remoção completa de condutete	unid	500	22,24	11.120,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 22,24	R\$ 11.120,00
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	Mão de obra necessária para a remoção completa de gancho de sustentação de luminária em perfilado	unid	1500	11,16	16.740,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 11,16	R\$ 16.740,00
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente externo até 50mm	Mão de obra necessária para a remoção completa de tubulação elétrica aparente, com diâmetro externo até 50 mm	unid	1000	13,96	13.960,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 13,96	R\$ 13.960,00
38.04.040	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13057 - 3/4" c/ acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3/4", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m	1000	47,54	47.540,00	I 021128	9,44	R\$ 9.440,00	R\$ 28,49	R\$ 28.490,00
38.07.300	Perfilado perfurado 38x38mm em chapa #14- pré zincada c/ acessórios	Perfilado perfurado, de 38 x 38 mm, chapa 14, com revestimento pré-zincada; Inclui acessórios para fixação ou reforço das peças entre si, como juntas, talas, cantoneiras, abraçadeiras, etc.	m	2500	46,44	116.100,00	I 039028	7,46	R\$ 18.650,00	R\$ 26,95	R\$ 67.375,00
38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo 150x100mm c/ acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 150 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m	200	142,89	28.578,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 142,89	R\$ 28.578,00
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8C/base 13, até 2000 lm - 15 a 20W	Lâmpada tubular T8, base G 13, composta por módulos led IRC > ou = 80, temperatura de cor entre 4000 e 6500 K, fluxo luminoso de 1850 até 2000 lm, vida útil > ou = 25.000 h, potência entre 18 a 20 W, garantia mínima do fabricante de 3 anos, com certificação do Inmetro; Inclui materiais, acessórios e a mão de obra para instalação da lâmpada.	unid	2000	22,86	45.720,00	I 039387	8,16	R\$ 16.320,00	R\$ 15,51	R\$ 31.020,00
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, c/difusor translúcido para 2 lâmpadas fluorescentes de 28W/32W/36W/54W	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com corpo e refletor em chapa de aço tratada com acabamento em pintura eletrostática na cor branca; difusor em translúcido; equipada com porta-lâmpada antivibratório em policarbonato com trava de segurança e proteção contra aquecimento nos contatos, para duas lâmpadas fluorescentes tubulares; Inclui também materiais e a mão de obra necessária para instalação completa da luminária	unid	1000	157,15	157.150,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 157,15	R\$ 157.150,00
1.4	SISTEMA DE NOBREAK										
69.06.200	Sistema ininterrupto de energia, trifásico online de 20KVA - 220/127V, autonomia de 15 minutos	Equipamento de sistema ininterrupto de energia, trifásico on line com forma de onda senoidal, com as características: potência nominal de 20 kVA; tensão de entrada 220 / 127 V, com variação de mais 10 % e menos 15 %; tensão de saída 220 V-127 V, com variação de mais ou menos 1 % (carga balanceada), mais ou menos 2 % (carga 50 % desbalanceada), mais ou menos 5 % da tensão nominal; constituído por: transformador isolador com blindagem eletrostática; conjunto de baterias estacionárias seladas de chumbo-ácido, protegidas por meio de fusíveis, para autonomia de 15 minutos a plena carga; carregador interativo e inteligente com fusíveis; inversor, chave estática; proteção contra raios e sobrecarga.		1	54.991,64	54.991,64	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 54.991,64	R\$ 54.991,64

2	CIVIL											
2.1	PAREDES/DIVISÓRIAS											
02.05.202	Andaime torre metálico(1,5 x1,5m) com piso metálico	Andaime tubular tipo torre metálico com base quadrada (1,5 x 1,5 m), mão de obra necessária para transporte interno na obra: Quadros de base com travamentos e rodas emborrachadas para locomoção; guarda-corpo e rodapé, plataforma e quadros com escada; pisos metálicos. Utilizado somente para postes e pontos localizados; não substitui o andaime facheiro. Conforme NR 18 e/ou normas vigentes.	m x mês	656	28,84	18.919,04	1010527	30,00	R\$ 19.680,00	R\$ 29,42	R\$ 19.299,52	
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	Mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos, manualmente; a seleção e a acomodação manual do material em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.	m²	212	7,49	1.587,88	C 97638	12,01	R\$ 2.546,12	R\$ 9,75	R\$ 2.067,00	
05.07.070	Remoção de entulho com caçamba metálica - gesso e drywall	Carregamento manual de gesso e/ou drywall até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo: a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas; b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo; c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba; d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba; e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados. f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação; g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos reguladores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114.	m³	470	134,50	63.215,00	C 106128	212,23	R\$ 99.748,10	R\$ 173,37	R\$ 81.481,55	
14.30.843	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida	Divisória em vidro temperado duplo com 6 mm de espessura, micro persianas interna em alumínio com lâminas de 16 mm de largura, tipo piso-teto de 86 a 90 mm de espessura, pé-direito até 3,35 m. Inclui estrutura, coluna estrutural em alumínio extrudado liga 6063-T5 e calha eletrificável no rodapé.	m²	600	1.473,06	883.836,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 1.473,06	R\$ 883.836,00	
Pesquisa	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (Reinstalação)	Mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários para recolocação das divisórias	m²	100	454,50	45.450,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 454,50	R\$ 45.450,00	
Pesquisa	Perfis para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (guias e montantes)	divisória modular 2,70x 0,85m de vidro duplo 6mm, com micropersianas interna 16mm, cor 14 preta	unid	50	457,63	22.881,25	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 457,63	R\$ 22.881,25	
Pesquisa	Micropersianas para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida		unid	16	789,50	12.632,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 789,50	R\$ 12.632,00	
14.30.110	Divisória cega tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	Divisória interna modulada de painéis cegos tipo naval, inclusive portas na espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura a base de água protegida por resina alquídica melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster, ou alumínio anodizado; rodapé duplo com ou sem macaquinhos. Cor a definir	m²	260	190,02	49.405,20	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 190,02	R\$ 49.405,20	
14.30.230	Divisória painel/Vidro/Vidro tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5cm	Divisória interna modulada em painel / vidro / vidro, tipo naval, constituída por painéis e portas, espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras, de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura à base de água protegida por resina alquídica-melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster ou alumínio anodizado, rodapé duplo com ou sem macaquinhos, vidro liso de 3 mm	m²	206	191,17	39.381,02	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 191,17	R\$ 39.381,02	

14.30.920	Divisória em placas duplas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos	Paredes de fechamento e/ou divisórias drywall para vedações internas não estruturais com 98 mm de espessura e resistência ao fogo de 60 minutos, composta por: duas chapas em cada face da estrutura, sendo duas do tipo standard e duas do tipo resistente à umidade e com espessura de 12,5 mm (2 ST 12,5 + 2 RU 12,5); isolamento acústico de 49 a 50 dB, com lâ mineral de vidro com espessura de 50 mm; estrutura em perfis leves de aço galvanizado por processo contínuo de zincagem por imersão a quente, compreendendo perfis de aço com espessura de 0,50 mm, largura nominal de 48 mm, denominados guias e montantes espaçados de eixo a eixo em 400 ou 600 mm, conforme altura entre as fixações; perfil cantoneira perfurada com espessura de 0,43 mm para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, cantoneiras, tabicas metálicas e rodapés metálicos, quando houver; fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas; fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; fita para isolamento acústico; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também acessórios para completa instalação e a execução de recortes para portas, janelas, luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontado os vãos decorrentes. Normas técnicas: NBR 14715-1, NBR 15758.	m²	2000	257,60	515.200,00	C 96368	173,87	R\$ 347.740,00	R\$ 215,74	R\$ 431.470,00
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado espessura 12,5mm fixo	Forro monolítico em gesso para uso interno drywall, retos ou curvos, horizontais ou inclinados constituído por: Estrutura em perfis leves de aço galvanizado com zincagem tipo B (260 g / m²), compreendendo: perfis de aço com espessura de 0,50 mm, denominados canaletas longitudinais ou perfil tabica, espaçados a cada 60 cm, união em aço para a fixação dos perfis longitudinais, entre si; presilhas de regulação em aço, para a fixação dos perfis nos pendurais de sustentação do forro, suspensão com regulação em aço galvanizado para a fixação dos montantes, pendurais em arame galvanizado nº 10 (BWG), parafusos autoperfurantes e arraxantes, galvanizados para a fixação das chapas e perfil / perfil, uma chapa, fixada na face externa da estrutura, industrializada a partir da gipsita natural e cartão duplex, tipo standard (ST), com espessura de 12,5 mm, fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas, fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também todo o material acessório, equipamentos e a mão de obra necessária para a execução de forros, de acordo com as recomendações e especificações dos fabricantes, inclusive a execução de recortes para luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontados os vãos decorrentes. Após o rejuntamento, os forros em chapas de gesso deverão apresentar a superfície lisa, monolítica e sem junta aparente, para receber acabamento final em pintura. Normas técnicas: NBR 14715-1 e 15758-2.	m²	900	127,87	115.083,00	C 96114	79,80	R\$ 71.820,00	R\$ 103,84	R\$ 93.451,50
23.04.600	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico 80 x 210 cm	Folha de porta em madeira sarrafeada revestida, nas duas faces, em laminado fenólico melamínico liso; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid	6	2.444,51	14.667,06	C 90796	853,99	R\$ 5.123,94	R\$ 1.649,25	R\$ 9.895,50
32.06.030	Lã de vidro e/ou lâ de rocha com espessura de 2" (isolamento acústico em drywall)	Lã de vidro e / ou lâ de rocha na espessura de 2" (50 mm), inclusive materiais acessórios e mão de obra necessária para a aplicação da lâ de vidro.	m²	206,08	34,81	7.173,64	I003413	45,86	R\$ 9.450,83	R\$ 40,34	R\$ 8.312,24
2.2	PORTAS/VIDROS										
04.14.020	Retirada de vidro com raspagem de massa	Mão de obra necessária para a retirada de vidro ou espelho de qualquer natureza, inclusive a raspagem da massa ou retirada de baguetes	m²	280	16,56	4.636,80	C 102191	24,55	R\$ 6.874,00	R\$ 20,56	R\$ 5.755,40
23.09.550	Porta lisa c/batente metálico 80x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid	150	1.529,58	229.437,00	C 90796	853,99	R\$ 128.098,50	R\$ 1.191,79	R\$ 178.767,75
23.09.590	Porta lisa c/batente metálico 160x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid	20	1.990,96	39.819,20	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 1.990,96	R\$ 39.819,20
26.02.020	Vidro Temperado incolor de 6mm	Vidro temperado incolor de 6 mm, inclusive acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do vidro.	m²	280	246,37	68.983,60	C 102179	402,54	R\$ 112.711,20	R\$ 324,46	R\$ 90.847,40
28.01.171	Mola aérea p/porta, com esforço acima de 60kg até 80 kg	Mola aérea, para portas e / ou portões, com as características: tamanho compacto, com duas válvulas independentes, onde uma controla a velocidade de fechamento de 180º até 20º e a outra o fechamento final de 20º até 0º; braço com engate rápido; reversível podendo ser instalada à esquerda ou à direita, sem inverter o mecanismo; acabamento em esmalte sintético à base de poliuretano, em várias cores. Inclui também materiais acessórios e mão de obra necessária para a instalação completa da mola em portas ou portões, em geral, que necessitem esforço para a abertura de 60 até 80 kg.	un	10	364,69	3.646,90	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 364,69	R\$ 3.646,90
2.3	PINTURAS										
02.03.500	Proteção em madeira e lona plástica para equipamento mecânico ou informática - para obras de reforma	Materiais e acessórios para fixação e a mão de obra necessária para execução de invólucro, montado no local, para proteção de equipamento mecânico e/ou informática, constituído por: Pontaletes Pinus eliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 3 x 3 e sarrafo de pinus 1 x 4 para formar a base; sarrafo Pinus eliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 1 x 4 intermediários na vertical e parte superior; chapa compensada plastificada de 6 mm na parte superior; lona plástica preta nos quatro lados e parte superior; plástico bolha nos quatro lados.	m³	1137,53	103,77	118.041,49	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 103,77	R\$ 118.041,49

03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta ou verniz em superfícies de madeira ou metálicas com lixamento.	m²	2500	10,33	25.825,00	C 100717	12,39	R\$ 30.975,00	R\$ 11,36	R\$ 28.400,00
03.10.140	Remoção de pintura em massa c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta em massa com lixamento.	m²	2500	7,01	17.525,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 3,51	R\$ 8.762,50
17.03.060	Cimentado desempenado e alisado com corante (queimado)	Materiais e a mão de obra necessária para a execução do cimentado desempenado e alisado	m²	1000	62,90	62.900,00	C 106788	33,51	R\$ 33.510,00	R\$ 48,21	R\$ 48.205,00
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	Massa corrida à base de PVA, recomendada para a correção de pequenos defeitos. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, remoção de partes soltas, irregularidades e poeira, conforme recomendações do fabricante; aplicação da massa em várias demãos (2 ou 3 demãos), em camadas finas com lixamentos intermediários, conforme especificações do fabricante, lixamento final e remoção do pó da superfície emassada.	m²	4500	16,47	74.115,00	C 88497	22,70	R\$ 102.150,00	R\$ 19,59	R\$ 88.132,50
33.06.020	Acrílico para quadros e pisos cerâmicos	Tinta acrílica, a base de resinas acrílicas, com alta resistência à abrasão, acabamento microtexturizado, lavável, resistente a água, alcalinidade, maresia e intempéries; conforme norma NBR 11702. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica, uma demão como primer, com a tinta diluída em 40% de água, duas demãos de acabamento, com a tinta diluída em 20% de água, conforme especificações do fabricante	m²	130	28,59	3.716,70	C 102491	25,74	R\$ 3.346,20	R\$ 27,17	R\$ 3.531,45
33.10.020	Tinta Látex em massa, inclusive preparo	Fornecimento de selador de tinta para pintura; tinta látex standard, diluente em água; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; em 2 ou 3 demãos, conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa internas ou externas. Normas técnicas: NBR 11702 e NBR 15079.	m²	4500	31,94	143.730,00	C 88489	15,55	R\$ 69.975,00	R\$ 23,75	R\$ 106.852,50
33.10.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	Fornecimento de selador de tinta para pintura, tinta acrílica standard, diluente (água potável), acabamento a definir. Inclui materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica em 2 ou 3 demãos, sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e norma NBR 11702.	m²	1500	35,95	53.925,00	C 100750	31,70	R\$ 47.550,00	R\$ 33,83	R\$ 50.737,50
2.4	SERVIÇOS DE TACOS E PISO										
20.20.100	Recolocação de rodapé e cordão de madeira	Fornecimento de prego em diversas bitolas e a mão de obra necessária para a recolocação de rodapés ou cordões de madeira.	m	200	13,25	2.650,00	C 101739	62,96	R\$ 12.592,00	R\$ 38,11	R\$ 7.621,00
20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	Preparo do piso com raspagem e calafetação, o fornecimento e aplicação de verniz em poliuretano, bi-componente, a base de água; aplicação de duas demãos, acabamento semibrilho para piso de tacos ou assoalhos em madeira.	m²	1450	169,97	246.456,50	C 102214	25,97	R\$ 37.656,50	R\$ 97,97	R\$ 142.056,50
21.10.250	Rodapé em laminado melamínico dissipativo, espessura de 2 mm e altura de 10 cm	Rodapé com 10 cm de altura, em laminado melamínico dissipativo com 2 mm de espessura, em várias cores. Inclui materiais acessórios para instalação, cola de contato, solvente e a mão de obra para execução do serviço.	m	66	82,57	5.449,62	C 101742	61,12	R\$ 4.033,92	R\$ 71,85	R\$ 4.741,77
21.02.060	Revestimento vinílico, espessura de 3,2 mm, para tráfego intenso, com impermeabilizante acrílico	Revestimento vinílico heterogêneo com base compacta. Apresenta as seguintes características: a) Placas homogêneas de 600x600mm / 609x609mm ou 914x914mm, com espessura de 3,2mm; b) Capa de uso PVC de 0,55mm; c) Classificação de uso 32 / 41 (conforme NBR 14917-1); d) Classe II A conforme NBR 8660 e IT10 para Energia Radiante. Inclui a limpeza e o tratamento com aplicação de impermeabilizante acrílico, conforme recomendações do fabricante, além do cordão de solda multicor	m²	1468	276,20	405.461,60	C 101727	197,06	R\$ 289.284,08	R\$ 236,63	R\$ 347.372,84
2.5	FACHADA DE ACESSO AO 14º PAVIMENTO										
21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	Painel de alumínio composto (ACM) formado por duas chapas de alumínio de 0,5 mm cada e um núcleo de polietileno, com 4 mm de espessura total da placa, pintura pelo processo Coil Coating em uma das faces a base de resina Fluoreto de Polivinilideno (PVDF ou equivalente), diversas cores, material fornecido com filme de proteção de PVC, revestimento de uso externo e interno, incluso materiais acessórios como rebite, parafusos alto-brocantes em aço inoxidável, fita dupla face, tarucel e silicone neutro para sua completa instalação. Inclui a estrutura para fixação da placa em alumínio ou metalon, afastamento até 70 mm da superfície de fixação.	m²	39,34	878,25	34.550,36	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 878,25	R\$ 34.550,36
2.6	HIDRÁULICA										

44.01.052	Bacia sifonada de louça com tampa - 6 litros	Bacia sifonada de louça com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido - 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para bacia sanitária tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un	4	368,37	1.473,48	C 95469	342,22	R\$ 1.368,88	R\$ 355,30	R\$ 1.421,18
44.01.820	Bacia sifonada c/caixa de descarga acoplada com tampa - 6 litros	Bacia sifonada em louça e caixa acoplada, com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido, capacidade de 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para sanitário tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un	4	1.181,46	4.725,84	C 86888	530,20	R\$ 2.120,80	R\$ 855,83	R\$ 3.423,32
44.01.200	Mictório de louça sifonado autoaspirante	Mictório com sifão integrado auto-aspirante em louça; jogo de acessórios para mictório com flexível para interligação à rede de água; sistema de fixação por meio de parafusos; materiais acessórios necessários para sua instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un	4	548,35	2.193,40	C 100858	813,28	R\$ 3.253,12	R\$ 680,82	R\$ 2.723,26
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	Cuba de louça de embutir para lavatório e materiais para fixação; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação.	un	3	144,72	434,16	C 86901	162,41	R\$ 487,23	R\$ 153,57	R\$ 460,70
44.20.100	Engate flexível metálico 1/2"	Engate flexível metálico com diâmetro nominal de 1/2", comprimento variável de 30 cm, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do engate flexível em aparelhos sanitários.	un	10	32,89	328,90	C 86887	50,60	R\$ 506,00	R\$ 41,75	R\$ 417,45
44.20.220	Sifão de meta cromado 1"x1 1/2"	Sifão em metal cromado, de 1" x 1 1/2" com tubo de ligação ajustável; materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação e ligação à rede de esgoto.	un	10	190,31	1.903,10	C 86881	185,86	R\$ 1.858,60	R\$ 188,09	R\$ 1.880,85
3	LÓGICA/TI										
3.1	SUBSTITUIÇÃO DO CABEAMENTO										
39.18.120	Cabo para rede UTP 23 AWG/4 pares - categoria 6	Cabos para rede 23 AWG com 4 pares não blindados, categoria 6 A, com fabricante certificado ISO 9001 / 2000; deverá ser constituído por: condutores de cobre sólido, capa externa em PVC não propagante a chama, identificação nas veias dos pares, marcação na capa externa seqüencial do comprimento em metros; deverá ser fornecido em caixas tipo FAST BOX e deverá possuir Certificação UL e de acordo com a ANSI / TIA-568-C.2 para Categoria 6 A; Inclui o fornecimento de mão de obra e ferramentas necessárias para o lançamento dos cabos.	m	15.000	26,92	403.800,00	C 98297	9,90	R\$ 148.500,00	R\$ 18,41	R\$ 276.150,00
3.2	CONEXÕES, PATCHES PANEIS E CERTIFICAÇÃO										
69.03.340	Conector RJ-45 fêmea - categoria 6	Conector RJ-45 modular com 8 posições, com contatos do tipo IDC na parte traseira e conector tipo RJ-45 fêmea na parte frontal para conexão de conectores RJ-45 ou RJ-11 machos; deverá ser fabricado com corpo em termoplástico de alto impacto retardante à chama, classificação UL 94V-0, com terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC / LCS, para condutores de 22 a 26 AWG e ser montado em placa de circuito impresso de quatro camadas para controle de Diafonia, deverá possuir padrão de conectorização universal T-568 A e T-568 B e ter possibilidade para codificação por cores com o uso de ícones de identificação O conector RJ-45 deverá possuir padrão de conectorização universal T-568A e T-568B e deverá atender os requisitos da norma ISO 11801 / ANSI / EIA / TIA - 568B.2-1 categoria 6	unid	746	44,81	91.012,00	I 039601	36,59	R\$ 27.296,14	R\$ 40,70	R\$ 30.362,20
69.09.250	Patch cord de 1,50 ou 3,0m - RJ45/categoria 6	Patch cords com as seguintes características: comprimento de 1,50 ou 3,00m; confeccionados em cabo par trançado, UTP, 24 AWG x 4 pares categoria 6A; composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama; conectORIZADOS à RJ45 macho categoria 6A nas duas extremidades; disponível nas terminações T-568A e T-568B; com características elétricas e performance testadas em frequências de até 250 Mhz; a conectorização das extremidades deverá ser com plug RJ-45 em policarbonato incolor, com contatos em bronze fosforoso e revestido com uma camada de ouro sobre uma camada de níquel; deverá ser montado e testado 100% em fabrica e disponibilizado pelo fabricante em cores, atendendo às especificações da ANSI/EIA/TIA - 606-A e lista de quantidades. O patch cord deverá possuir Certificação UL e estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/ 2000.	unid	684	56,92	38.933,28	I 039606	27,73	R\$ 18.967,32	R\$ 42,33	R\$ 28.950,30
69.09.260	Patch Panel - 24 portas - categoria 6	Patch panel com 24 portas, padrão 19 com 1U de altura confeccionado em aço SAE 1010/20, com pintura eletrostática; padrão de conectorização universal T-568A e T-568B; conectores fêmea RJ45 com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0; vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e ouro; terminação do tipo 110 IDC - conexão traseira - estanhados para a proteção contra oxidação e que permitam inserção de condutores de 22 a 26 AWG, com conjunto de conectores frontal e traseiro interconectado através de placa de circuito impresso, a qual deverá ser agrupada em 4 conjuntos de 6 conectores; suporte traseiro para fixação de cabos vinculado ao painel frontal e local disponível para identificação frontal e ícones de identificação. Deverá estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/2015.	unid	30	785,36	23.560,80	C 98302	1174,77	R\$ 35.243,10	R\$ 980,07	R\$ 29.401,95
4	AR CONDICIONADO										
4.1	ADAPTAÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE PARA NOVO PROJETO										

32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido espessura 5mm - p/tubulação 1"	Isolamento térmico em polietileno expandido, para tubulação de 1 (28 mm) com as características: a) Espessura 5 mm + 1 mm; b) Estrutura celular fechada, com aproximadamente 400 células / cm ² ; c) Densidade mínima 35,0 + 5,0 kg / m ³ ; d) Condutividade térmica de 0,035 W / mK, ou 0,030 kcal / m h a 20°C; e) Absorção da água menor que 0,4% em volume após 28 dias de imersão, conforme norma DIN 53428; f) Difusão de vapor d'água de 0,902 g / m ² d p / 15 mm, conforme norma DIN 53122; g) Contratividade térmica menor que 1% após 96 horas a 80°C; h) Faixa de efetividade de isolamento de (-) 70°C/ 40°C até (+) 90°C, conforme o fabricante; i) Retardante à chama conforme norma NBR 7358; j) Resistência à tração de 2,6 kg / cm ² com 24,5 kg / m ³ de densidade, conforme Norma ASTM-D-1623-78; k) Resistência ao ambiente; l) Pode ser pintado, inodoro e atóxico; Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do isolante térmico flexível em tubulações de refrigeração ou água quente, existentes ou novas, conforme recomendações dos fabricantes.	m	1200	15,99	19.188,00	1039714	2,99	R\$ 3.588,00	R\$ 9,49	R\$ 11.388,00
46.08.020	Tubo Galvanizado s/costura - Schecule 40 _ DN = 1", inclusive conexões	Tubos em aço carbono sem costura classe ASTM-A 106, grau B, Schedule 40 com acabamento galvanizado, diâmetro nominal de 1, inclusive conexões e materiais acessórios para pontas rosqueáveis ou lisas; abertura e fechamento de rasgos, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 60 cm, ou fixação por grampos ou presilhas quando tubulação for aparente.	m	1200	164,86	197.832,00	C 97536	69,75	R\$ 83.700,00	R\$ 117,31	R\$ 140.766,00
61.10.300	Duto Flexível aluminizado seção circular 10cm	Duto flexível em alumínio, seção circular, isolado termicamente com 25 mm de lã de vidro; Inclui materiais e acessórios necessários para completa instalação.	m	600	28,72	17.232,00	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 28,72	R\$ 17.232,00
43.07.360	Ar condicionado a frio, tipo split de parede com capacidade 30.000 BTU/h	Ar condicionado frio tipo Split, com controle remoto e capacidade de 30.000 BTU (British Thermal Unit) / hora, para alimentação elétrica de 220 V / 60 Hz (monofásica / bifásica), constituído por 1 unidade condensadora externa e 1 unidade evaporadora interna tipo parede. Inclui o fornecimento de materiais complementares e acessórios, equipamentos e a mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços de instalação do evaporador (unidade interna), condensador (unidade externa) e da rede frigorígena isolada para até 3 metros de distância entre aparelhos (unidade externa e interna), constituída por tubulação de cobre com isolamento térmico, flanges, porcas, cabo de cobre PP 4x2,5mm ² 450/750V, isolação 70°C, fita adesiva, par de suporte tipo L para condensadora com parafusos e buchas para sua fixação, parafusos e buchas para fixação da evaporadora, materiais complementares e acessórios, com quantidades conforme fabricante. A retirada de unidade das tubulações, por meio de bomba a vácuo; interligações elétricas, a partir do ponto de força protegido, ao lado da unidade externa; testes para evitar vazamentos (carga de nitrogênio); complementos de gás refrigerante; regulação e testes de desempenho;	un	3	9.068,69	27.206,07	Sem correspondência direta		R\$ 0,00	R\$ 9.068,69	R\$ 27.206,07
5	LIMPEZA DE ESPAÇO										
5.1	LIMPEZA DE ESPAÇO										
55.01.020	Limpeza Final	Material e a mão de obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varreção, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando as áreas prontas para a utilização.	m ²	4500	15,90	71.550,00	Sem correspondência direta			R\$ 15,90	R\$ 71.550,00
TOTAL											R\$ 5.108.529,00
BDI										21%	R\$ 1.072.791,09
TOTAL + BDI											R\$ 6.181.320,09

ORDEM DE SERVIÇO Nº ____/2026

Pela presente Ordem de Serviço, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr.(a) _____, doravante denominada CONTRATADA, fica autorizada a executar, para a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, doravante denominada CONTRATANTE, o objeto descrito no Termo de Referência, parte integrante do processo administrativo correspondente.

A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e aceitar integralmente as especificações técnicas, condições de fornecimento e demais exigências constantes do Termo de Referência e da legislação aplicável, em especial da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se à execução dos serviços de _____, compreendendo todas as atividades necessárias ao pleno atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, bem como a descrição das atividades, etapas ou unidades de serviço, inclusive o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra, quando necessários, os quais estão incorporados ao preço contratado.

Parágrafo único. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os padrões de qualidade, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e nesta Ordem de Serviço, conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV (compras.gov)	Item BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1. Pela execução integral do objeto desta Ordem de Serviço, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada em ____/____/2026, a qual integra esta contratação para todos os fins, não sendo admitido reajuste, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei e no Termo de Referência.

CLÁUSULA III – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, cabendo à CONTRATADA a integral responsabilidade pela correta execução do objeto, observada a legislação vigente.

3.2. A CONTRATADA deverá empregar, na execução dos serviços, materiais, insumos e equipamentos adequados, em perfeito estado de conservação e funcionamento, responsabilizando-se por sua qualidade, procedência e conformidade com as normas aplicáveis.

3.3. A execução do objeto deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, vedada a transferência de responsabilidade a terceiros, salvo nas hipóteses expressamente admitidas no Termo de Referência.

3.4. A presente contratação possui prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura desta Ordem de Serviço, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços objeto desta Ordem de Serviço deverão ser executados impreterivelmente no prazo de ____ (____) dias corridos, contados a partir da assinatura desta Ordem de Serviço, no seguinte endereço:
_____.

4.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE as razões respectivas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para que eventual pedido de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

4.3. O início e a execução dos serviços deverão ser agendados previamente pelo e-mail _____ e/ou telefone _____, devendo ocorrer em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira), no horário compreendido entre ____h e ____h, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência.

4.4. A ausência de agendamento prévio poderá acarretar a impossibilidade de início ou continuidade da execução dos serviços, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por custos adicionais, prejuízos ou penalidades decorrentes.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que regularmente atestada a execução do objeto e finalizada a liquidação da despesa, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As demais condições relativas à execução do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, que integra a presente Ordem de Serviço para todos os fins legais.

8.2. A presente Ordem de Serviço constitui instrumento hábil substitutivo do instrumento de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se lhe, no que couber, o disposto no art. 92 da referida Lei, sendo suficiente para autorizar e regular a execução do objeto, submetendo-se integralmente ao regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, na data da assinatura digital.

De acordo:

assinado digitalmente

CONTRATANTE

Secretaria de Gestão e Governo Digital

assinado digitalmente

CONTRATADA

Projeto Padronizado de Implantação.

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de reforma, adequação de layout e manutenção predial nas dependências da Secretaria de Gestão e Governo Digital e demais unidades participantes no Estado de São Paulo.

1. DIRETRIZES GERAIS E SEGURANÇA

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços solicitados via Ordem de Serviço (OS).

- **Padrão de Qualidade:** Materiais novos, de primeira linha e conformidade com as normas da ABNT.
- **Segurança (EPI/EPC):** Cumprimento rigoroso das NR-18 e NR-35. Inclusão de andaimes torre (1,5x1,5m) onde necessário.
- **Gestão de Resíduos:** Retirada de entulho (incluindo divisórias navais e resíduos de gesso) com fornecimento de caçambas e comprovação de descarte via CTR.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS E DRYWALL

- **Desmobilização:** Retirada cuidadosa de divisórias tipo Naval e paredes de Drywall existentes, visando a limpeza da área para o novo layout.
- **Divisórias de Vidro:** Sistema modular de 2,90x0,90m, vidro duplo com guias de aço galvanizado (preto 40x60mm) e micropersianas internas 16mm, cor 14 preta.



Paredes em Drywall: Execução de paredes em gesso acartonado com placas duplas (RF60). Divisórias para vedações internas não estruturais com espessura de resistência ao fogo de 60 minutos, composta por: duas chapas em cada face da estrutura, tipo standard; isolamento acústico de 50 a 52 dB, com lã mineral (vidro ou rocha) com espessura mínima de 50 mm; estrutura em perfis leves de aço galvanizado por processo contínuo de zincagem por imersão a quente, compreendendo perfis de aço, denominados guias e montantes, conforme altura entre as fixações; perfil cantoneira perfurada com espessura, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, cantoneiras, tabicas metálicas e rodapés metálicos, quando houver; fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas; fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui a execução de **shafts/fechamentos em drywall** específicos para descidas de prumadas de energia e lógica. Normas técnicas: NBR 14715-1, NBR 15758.

- **Pisos de Madeira:** Raspagem de tacos, aplicação de verniz de alta resistência e recolocação de rodapés/cordões.



- Colagem de tacos com cola para tacos de madeira, preparo do piso com raspagem e calafetação, o fornecimento e aplicação de verniz em poliuretano, bi-componente, a base de água; aplicação de demãos necessárias, acabamento fosco, para piso de tacos em madeira.
- **Pintura:** Preparo com massa corrida, lixamento e acabamento em Tinta Látex acrílica e/ou PVA solúvel em água, acabamento fosco, de 1ª linha. Inclui a pintura de caixilhos de ferro, quando necessário. Pintura em efeito cimento queimado Prata será aplicada nos locais indicados. Normas técnicas: NBR 15079 e NBR 11702.



2.2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO

- **Desativação:** Retirada completa de tubulações antigas de energia, iluminação e quadros elétricos obsoletos.
- **Infraestrutura:** Instalação de canaletas PVC (85x35mm) e eletrodutos metálicos flexíveis. Previsão de infraestrutura específica para **Nobreaks** nas salas elétricas.

- **Quadros e Proteção:** Instalação de novos quadros elétricos, disjuntores termomagnéticos e fiação em cobre (isolamento 0,6/1KV).
- **Iluminação:** Substituição de luminárias fluorescentes por modelos **LED tubular 2x18W** de alto rendimento.

2.3. REDE DE LÓGICA E TI (CATEGORIA 6)

- **Limpeza de Rede:** Retirada de toda a fiação e tubulação de lógica remanescente.
- **Cabeamento:** Lançamento de cabo UTP 23 AWG Cat 6.
- **Conectividade:** Montagem de **Patch Panels de 24 portas** em racks e conectorização de tomadas RJ-45 fêmea nas pontas.
- **Certificação:** Entrega de relatório de testes (Fluke) para 100% dos pontos.

2.4. CLIMATIZAÇÃO (AR-CONDICIONADO)

- **Substituição:** Retirada dos equipamentos tipo **fancolete** antigos.
- **Instalação:** Novos aparelhos tipo Split (referência 30.000 BTU/H) ou conforme carga térmica definida no projeto executivo.
- **Infraestrutura:** Tubulações frigoríferas em cobre com isolamento térmico e alimentação elétrica individualizada.

3. FINALIZAÇÃO E ENTREGÁVEIS

- **Limpeza Final:** Entrega do ambiente em condições de uso imediato, sem resíduos de reforma/serviços.
- **As Built:** Entrega da documentação técnica atualizada ("como construído") em formato digital (DWG/PDF) e físico.
- **Relatórios:** Entrega de todos os relatórios de testes de conformidade elétrica, lógica e de carga térmica da climatização.

Observação: Os serviços referem-se prioritariamente à reforma dos **14º e 16º andares do Edifício na Av. Rangel Pestana, 300**, mas poderão ser estendidos a outras unidades conforme necessidade da Secretaria.

Vide Anexo “Especificações” deste memorial.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1 ELÉTRICA		
1.1 PONTOS DE ENERGIA NORMAL, FORÇA E ESTABILIZADA		
38.07.700	Canaleta aparente com tampa em PVC, autoextinguível, de 85 x 35 mm, com acessórios	Canaleta aparente com tampa em PVC, na cor preta, de 4 vias, dimensões (85 x 35) mm, autoextinguível; referência 1122-05/06-BR. Com conexões, fixa cabos e materiais acessórios para a instalação completa.
38.07.740	Suporte com furos de tomada em PVC de 85 x 35 x 150 mm, para canaleta aparente	Fornecimento e instalação de suporte com furos de tomada RJ e/ou de energia em PVC, dimensões (85 x 35 x 150) mm, para canaleta aparente; referência 1126-27/28/31/32/33/34/37/74/76/96-BR
38.15.010	Eletroduto Metálico flexível c/capa de PVC de 3/4"	Eletroduto metálico flexível constituído internamente por conduíte metálico flexível fabricado em espiral com fita de aço carbono galvanizado a fogo, zincado pelo processo de imersão à quente, revestido externamente, envolvendo todo o tubo, com espessa camada de PVC extrudado, para temperaturas até 60°C, referência Seatubo e a mão de obra necessária para a instalação
38.21.110	Eletrocalha lisa Galvanizada a fogo 50x50mm c/acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 50 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo
38.22.130	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 200x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 200 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo
38.22.160	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 400x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 400 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo
39.03.170	Cabo de cobre de #2,5mm ² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.
39.03.174	Cabo de cobre de #4,0mm ² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.
39.24.152	Cabo de cobre flexível de 3x#2,5mm ² - isolamento 500V - 70°C PP	Condutores de cobre nu flexível, tẽmpera mole, classe 4 ou 5 de encordoamento, isolamento e cobertura em PVC, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos, temperatura de 70°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo. Norma NBR NM 280.
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250V - completa	Ttomada de 10 A - 250V, 2P + T, com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Norma técnica: NBR 14136.
40.06.040	Condulete metálico 3/4"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior
40.06.060	Condulete metálico 1"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior
40.07.020	Caixa em PVC de 4 ´ x 4 ´	Caixa de 4 x 4, em PVC rígido, antichama, na cor amarela, com olhais para instalação de eletrodutos e orelhas para fixação de espelho
40.20.140	Placa de 4 ´ x 4 ´	Placa, com ou sem furo central independente do formato, em poliestireno de 4 x 4, termoplástico de alto impacto
1.2 QUADROS ELÉTRICOS/CABOS		
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	Mão de obra necessária para a remoção completa de disjuntor termomagnético
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	Mão de obra necessária para a remoção completa de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem, inclusive os componentes internos
37.04.280	Quadro de Distribuição de sobrepor p/44 disjuntores DIN - 150A	quadro de distribuição universal de sobrepor em chapa de aço tratada com pintura eletrostática epóxi a pó para disjuntores 44 DIN / 32 BOLT-ON e barramento bifásico ou trifásico, corrente nominal de 150A, composto por caixa, placa de montagem, espelho, tampa com fecho e suporte ou trilho para fixação de disjuntores; abertura ampliada na parte superior do espelho para até 11 módulos; Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro
37.10.010	Barramento de cobre nu	Barramento em lâmina chata de cobre eletrolítico nu, nas várias bitolas de acordo com a corrente nominal especificada em projeto
37.13.600	Disjuntor termomagnético unipolar 127/220V - corrente de 10 A a 30 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, unipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 30 A e tensão de 127 / 220 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.
37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, bipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 50 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.
37.13.660	Disjuntor termomagnético tripolar 220/380V - corrente de 60 a 100 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, tripolar, modelos com correntes variáveis de 60 A até 100 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.
38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2" com acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 1 1/2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.
38.04.120	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 2" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.
38.04.160	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 3" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 150 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo
39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabos de 6 mm ² até 10 mm ² .
39.10.160	Terminal de pressão/compressão p/cabos #50mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 50 mm ² .
39.10.200	Terminal de pressão/compressão p/cabos #70mm ²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 70 mm ² .
39.21.090	Cabo de cobre flexível de #50mm ² - isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tẽmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.
39.21.100	Cabo de cobre flexível de #70mm ² - isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tẽmpera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.
39.26.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm ² , isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, tẽmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefínico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.

39.26.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm ² , isolamento 0,6/1 kV - isolamento HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefínico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.
40.04.140	Tomada 3P+T de 32 A, blindada industrial de sobrepor negativa	Tomada de três pólos e um terra para 32 A/220 V, tipo industrial blindada de sobrepor, negativa; com carcaça, prensa cabos e alivador de tensão em poliamida auto-extingüível (nylon 6.6); tampa trava, subtampa e arruela trava em policarbonato; terminais em latão maciço com banho prata; contato móvel em bronze com banho prata.
40.04.340	Plugue e tomada 2P+T de 16 A de sobrepor - 380 / 440 V	Conjunto de tomada de sobrepor, constituído por: tomada com dois pólos e um terra para 16 A e 380 / 440 V; tipo industrial blindada, grau de proteção IP 44; Inclui também o plugue grau de proteção IP 44.
40.06.100	Condutele metálico de 1 1/2 ´	Condutele, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1 1/2, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior
40.10.100	Contator de Potência 50 A - 2NA+2NF	Contator de potência para corrente nominal de 50 A, com dois contatos normalmente abertos e dois contatos normalmente fechados, para tensões variáveis de 24 V até 440 V e frequência de 50 Hz ou 60 Hz conforme o modelo
40.20.050	Sinalizador com lâmpada	Botão sinalizador frontal com lâmpada.
1.3 ILUMINAÇÃO		
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação	Mão de obra necessária para a remoção completa de aparelho de iluminação ou projetor, fixo em teto, piso ou parede
04.18.340	Remoção de condutele	Mão de obra necessária para a remoção completa de condutele
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	Mão de obra necessária para a remoção completa de gancho de sustentação de luminária em perfilado
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente externo até 50mm	Mão de obra necessária para a remoção completa de tubulação elétrica aparente, com diâmetro externo até 50 mm
38.04.040	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13057 - 3/4" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3/4", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.
38.07.300	Perfilado perfurado 38x38mm em chapa #14- pré zincada c/acessórios	Perfilado perfurado, de 38 x 38 mm, chapa 14, com revestimento pré-zincada; Inclui acessórios para fixação ou reforço das peças entre si, como juntas, talas, cantoneiras, abraçadeiras, etc.
38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo 150x100mm c/ acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 150 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8C/base 13, até 2000 lm - 15 a 20W	Lâmpada tubular T8, base G 13, composta por módulos led IRC > ou = 80, temperatura de cor entre 4000 e 6500 K, fluxo luminoso de 1850 até 2000 lm, vida útil > ou = 25.000 h, potência entre 18 a 20 W, garantia mínima do fabricante de 3 anos, com certificação do Inmetro; Inclui materiais, acessórios e a mão de obra para instalação da lâmpada.
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, c/difusor translúcido para 2 lâmpadas fluorescentes de 28W/32W/36W/54W	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com corpo e refletor em chapa de aço tratada com acabamento em pintura eletrostática na cor branca; difusor em translúcido; equipada com porta-lâmpada antivibratório em policarbonato com trava de segurança e proteção contra aquecimento nos contatos, para duas lâmpadas fluorescentes tubulares; Inclui também materiais e a mão de obra necessária para instalação completa da luminária
1.4 SISTEMA DE NOBREAK		
69.06.200	Sistema ininterrupto de energia, trifásico online de 20KVA - 220/127V, autonomia de 15 minutos	Equipamento de sistema ininterrupto de energia, trifásico on line com forma de onda senoidal, com as características: potência nominal de 20 kVA; tensão de entrada 220 / 127 V, com variação de mais 10 % e menos 15 %; tensão de saída 220 V-127 V, com variação de mais ou menos 1 % (carga balanceada), mais ou menos 2 % (carga 50 % desbalanceada), mais ou menos 5 % da tensão nominal; constituído por: transformador isolador com blindagem eletrostática; conjunto de baterias estacionárias seladas de chumbo-ácido, protegidas por meio de fusíveis, para autonomia de 15 minutos a plena carga; carregador interativo e inteligente com fusíveis; inversor, chave estática; proteção contra raios e sobrecarga.
2 CIVIL		
2.1 PAREDES/DIVISORIAS		
02.05.202	Andaime torre metálico(1,5 x1,5m) com piso metálico	Andaime tubular tipo torre metálico com base quadrada (1,5 x 1,5 m), mão de obra necessária para transporte interno na obra: Quadros de base com travamentos e rodas emborrachadas para locomoção; guarda-corpo e rodapé, plataforma e quadros com escada; pisos metálicos. Utilizado somente para postes e pontos localizados; não substitui o andaime fachadeiro. Conforme NR 18 e/ou normas vigentes.
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	Mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos, manualmente; a seleção e a acomodação manual do material em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.
05.07.070	Remoção de entulho com caçamba metálica - gesso e drywall	Carregamento manual de gesso e/ou drywall até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo: a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas; b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo; c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba; d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba; e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados. f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação; g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.
14.30.843	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida	Divisória em vidro temperado duplo com 6 mm de espessura, micro persianas interna em alumínio com lâminas de 16 mm de largura, tipo piso-teto de 86 a 90 mm de espessura, pé-direito até 3,35 m. Inclui estrutura, coluna estrutural em alumínio extrudado liga 6063-T5 e calha eletrificável no rodapé.
Pesquisa	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (Reinstalação)	Mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários para recolocação das divisórias
Pesquisa	Perfis para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (guias e montantes)	divisória modular 2,70x 0,85m de vidro duplo 6mm, com micropersianas interna 16mm, cor 14 preta
Pesquisa	Micropersianas para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida	
14.30.110	Divisória cega tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	Divisória interna modulada de painéis cegos tipo naval, inclusive portas na espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura a base de água protegida por resina alquídica melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster, ou alumínio anodizado; rodapé duplo com ou sem macaquinhos. Cor a definir

14.30.230	Divisória painel/vidro/vidro tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico,com espessura de 3,5cm	Divisória interna modulada em painel / vidro / vidro, tipo naval, constituída por painéis e portas, espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras, de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura à base de água protegida por resina alquídica-melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster ou alumínio anodizado, rodapé duplo com ou sem macaquinhos, vidro liso de 3 mm
14.30.920	Divisória em placas duplas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos	Paredes de fechamento e/ou divisórias drywall para vedações internas não estruturais com 98 mm de espessura e resistência ao fogo de 60 minutos, composta por: duas chapas em cada face da estrutura, sendo duas do tipo standard e duas do tipo resistente à umidade e com espessura de 12,5 mm (2 ST 12,5 + 2 RU 12,5); isolamento acústico de 49 a 50 dB, com lâ mineral de vidro com espessura de 50 mm; estrutura em perfis leves de aço galvanizado por processo contínuo de zincagem por imersão a quente, compreendendo perfis de aço com espessura de 0,50 mm, largura nominal de 48 mm, denominados guias e montantes espaçados de eixo a eixo em 400 ou 600 mm, conforme altura entre as fixações; perfil cantoneira perfurada com espessura de 0,43 mm para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, cantoneiras, tabicas metálicas e rodapés metálicos, quando houver; fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas; fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; fita para isolamento acústico; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também acessórios para completa instalação e a execução de recortes para portas, janelas, luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontado os vãos decorrentes. Normas técnicas: NBR 14715-1, NBR 15758.
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado espessura 12,5mm fixo	Forro monolítico em gesso para uso interno drywall, retos ou curvos, horizontais ou inclinados constituído por: Estrutura em perfis leves de aço galvanizado com zincagem tipo B (260 g / m²), compreendendo: perfis de aço com espessura de 0,50 mm, denominados canaletas longitudinais ou perfil tabica, espaçados a cada 60 cm, união em aço para a fixação dos perfis longitudinais, entre si; presilhas de regulagem em aço, para a fixação dos perfis nos pendurais de sustentação do forro, suspensão com regulagem em aço galvanizado para a fixação dos montantes, pendurais em arame galvanizado nº 10 (BWG), parafusos autoperfurantes e atarraxantes, galvanizados para a fixação das chapas e perfil / perfil, uma chapa, fixada na face externa da estrutura, industrializada a partir da gipsita natural e cartão duplex, tipo standard (ST), com espessura de 12,5 mm, fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas, fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também todo o material acessório, equipamentos e a mão de obra necessária para a execução de forros, de acordo com as recomendações e especificações dos fabricantes, inclusive a execução de recortes para luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontados os vãos decorrentes. Após o rejuntamento, os forros em chapas de gesso deverão apresentar a superfície lisa, monolítica e sem junta aparente, para receber acabamento final em pintura. Normas técnicas: NBR 14715-1 e 15758-2.
23.04.600	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 80 x 210 cm	Folha de porta em madeira sarrafeada revestida, nas duas faces, em laminado fenólico melamínico liso; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.
32.06.030	Lã de vidro e/ou lâ de rocha com espessura de 2´´ (isolamento acústico em drywall)	Lã de vidro e / ou lâ de rocha na espessura de 2" (50 mm), inclusive materiais acessórios e mão de obra necessária para a aplicação da lâ de vidro.
2.2	PORTAS/VIDROS	
04.14.020	Retirada de vidro com raspagem de massa	Mão de obra necessária para a retirada de vidro ou espelho de qualquer natureza, inclusive a raspagem da massa ou retirada de baguetes
23.09.550	Porta lisa c/batente metálico 80x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.
23.09.590	Porta lisa c/batente metálico 160x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.
26.02.020	Vidro Temperado incolor de 6mm	Vidro temperado incolor de 6 mm, inclusive acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do vidro.
28.01.171	Mola aérea p/porta, com esforço acima de 60kg até 80 kg	Mola aérea, para portas e / ou portões, com as características: tamanho compacto, com duas válvulas independentes, onde uma controla a velocidade de fechamento de 180° até 20° e a outra o fechamento final de 20° até 0°; braço com engate rápido; reversível podendo ser instalada à esquerda ou à direita, sem inverter o mecanismo; acabamento em esmalte sintético à base de poliuretano, em várias cores. Inclui também materiais acessórios e mão de obra necessária para a instalação completa da mola em portas ou portões, em geral, que necessitem esforço para a abertura de 60 até 80 kg.
2.3	PINTURAS	
02.03.500	Proteção em madeira e lona plástica para equipamento mecânico ou informática - para obras de reforma	Materiais e acessórios para fixação e a mão de obra necessária para execução de invólucro, montado no local, para proteção de equipamento mecânico e/ou informática, constituído por: Pontalete Pinus eliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 3 x 3 e sarrafo de pinus 1 x 4 para formar a base; sarrafo Pinus eliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 1 x 4 intermediários na vertical e parte superior; chapa compensada plastificada de 6 mm na parte superior; lona plástica preta nos quatro lados e parte superior; plástico bolha nos quatro lados.
03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta ou verniz em superfícies de madeira ou metálicas com lixamento.
03.10.140	Remoção de pintura em massa c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta em massa com lixamento.
17.03.060	Cimentado desempenado e alisado com corante (queimado)	Materiais e a mão de obra necessária para a execução do cimentado desempenado e alisado
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	Massa corrida à base de PVA, recomendada para a correção de pequenos defeitos. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, remoção de partes soltas, irregularidades e poeira, conforme recomendações do fabricante; aplicação da massa em várias demãos (2 ou 3 demãos), em camadas finas com lixamentos intermediários, conforme especificações do fabricante, lixamento final e remoção do pó da superfície emassada.
33.06.020	Acrílico para quadros e pisos cerâmicos	Tinta acrílica, a base de resinas acrílicas, com alta resistência à abrasão, acabamento microtexturizado, lavável, resistente a água, alcalinidade, maresia e intempéries; conforme norma NBR 11702. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica, uma demão como primer, com a tinta diluída em 40% de água, duas demãos de acabamento, com a tinta diluída em 20% de água, conforme especificações do fabricante
33.10.020	Tinta Látex em massa, inclusive preparo	Fornecimento de selador de tinta para pintura; tinta látex standard, diluente em água; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; em 2 ou 3 demãos, conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa internas ou externas. Normas técnicas: NBR 11702 e NBR 15079.
33.10.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	Fornecimento de selador de tinta para pintura, tinta acrílica standard, diluente (água potável), acabamento a definir. Inclui materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica em 2 ou 3 demãos, sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e norma NBR 11702.
2.4	SERVIÇOS DE TACOS E PISO	
20.20.100	Recolocação de rodapé e cordão de madeira	Fornecimento de prego em diversas bitolas e a mão de obra necessária para a recolocação de rodapés ou cordões de madeira.
20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	Preparo do piso com raspagem e calafetação, o fornecimento e aplicação de verniz em poliuretano, bi-componente, a base de água; aplicação de duas demãos, acabamento semibrilho para piso de tacos ou assoalhos em madeira.
21.10.250	Rodapé em laminado melamínico dissipativo, espessura de 2 mm e altura de 10 cm	Rodapé com 10 cm de altura, em laminado melamínico dissipativo com 2 mm de espessura, em várias cores. Inclui materiais acessórios para instalação, cola de contato, solvente e a mão de obra para execução do serviço.
21.02.060	Revestimento vinílico, espessura de 3,2 mm, para tráfego intenso, com impermeabilizante acrílico	Revestimento vinílico heterogêneo com base compacta. Apresenta as seguintes características: a) Placas homogêneas de 600x600mm / 609x609mm ou 914x914mm, com espessura de 3,2mm; b) Capa de uso PVC de 0,55mm; c) Classificação de uso 32 / 41 (conforme NBR 14917-1); d) Classe II A conforme NBR 8660 e IT 10 para Energia Radiante. Inclui a limpeza e o tratamento com aplicação de impermeabilizante acrílico, conforme recomendações do fabricante, além do cordão de solda multicor

2.5 FACHADA DE ACESSO AO 14º PAVIMENTO		
21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	Painel de alumínio composto (ACM) formado por duas chapas de alumínio de 0,5 mm cada e um núcleo de polietileno, com 4 mm de espessura total da placa, pintura pelo processo Coil Coating em uma das faces a base de resina Fluoreto de Polivinilideno (PVDF ou equivalente), diversas cores, material fornecido com filme de proteção de PVC, revestimento de uso externo e interno, incluso materiais acessórios como rebite, parafusos alto-brocantes em aço inoxidável, fita dupla face, tarucel e silicone neutro para sua completa instalação. Inclui a estrutura para fixação da placa em alumínio ou metalon, afastamento até 70 mm da superfície de fixação.
2.6 HIDRÁULICA		
44.01.052	Bacia sifonada de louça com tampa - 6 litros	Bacia sifonada de louça com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido - 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para bacia sanitária tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.
44.01.820	Bacia sifonada c/caixa de descarga acoplada com tampa - 6 litros	Bacia sifonada em louça e caixa acoplada, com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido, capacidade de 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para sanitário tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.
44.01.200	Mictório de louça sifonado autoaspirante	Mictório com sifão integrado auto-aspirante em louça; jogo de acessórios para mictório com flexível para interligação à rede de água; sistema de fixação por meio de parafusos; materiais acessórios necessários para sua instalação e ligação às redes de água e esgoto.
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	Cuba de louça de embutir para lavatório e materiais para fixação; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação.
44.20.100	Engate flexível metálico 1/2"	Engate flexível metálico com diâmetro nominal de 1/2", comprimento variável de 30 cm, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do engate flexível em aparelhos sanitários.
44.20.220	Sifão de meta cromado 1"x1 1/2"	Sifão em metal cromado, de 1 " x 1 1/2 " com tubo de ligação ajustável; materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação e ligação à rede de esgoto.
3 LÓGICA/TI		
3.1 SUBSTITUIÇÃO DO CABEAMENTO		
39.18.120	Cabo para rede UTP 23 AWG/4 pares - categoria 6	Cabos para rede 23 AWG com 4 pares não blindados, categoria 6 A, com fabricante certificado ISO 9001 / 2000; deverá ser constituído por: condutores de cobre sólido, capa externa em PVC não propagante a chama, identificação nas veias dos pares, marcação na capa externa sequencial do comprimento em metros; deverá ser fornecido em caixas tipo FAST BOX e deverá possuir Certificação UL e de acordo com a ANSI / TIA-568-C.2 para Categoria 6 A; Inclui o fornecimento de mão de obra e ferramentas necessárias para o lançamento dos cabos.
3.2 CONEXÕES, PATCHES PANELS E CERTIFICAÇÃO		
69.03.340	Conector RJ-45 fêmea - categoria 6	Conector RJ-45 modular com 8 posições, com contatos do tipo IDC na parte traseira e conector tipo RJ-45 fêmea na parte frontal para conexão de conectores RJ-45 ou RJ-11 machos; deverá ser fabricado com corpo em termoplástico de alto impacto retardante à chama, classificação UL 94V-0, com terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC / LCS, para condutores de 22 a 26 AWG e ser montado em placa de circuito impresso de quatro camadas para controle de Diafonia, deverá possuir padrão de conectorização universal T-568 A e T-568 B e ter possibilidade para codificação por cores com o uso de ícones de identificação O conector RJ-45 deverá possuir padrão de conectorização universal T-568A e T-568B e deverá atender os requisitos da norma ISO 11801 / ANSI / TIA / EIA - 568B.2-1 categoria 6
69.09.250	Patch cord de 1,50 ou 3,0m - RJ45/categoria 6	Patch cords com as seguintes características: comprimento de 1,50 ou 3,00m; confeccionados em cabo par trançado, UTP, 24 AWG x 4 pares categoria 6A; composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama; conectorizados à RJ45 macho categoria 6A nas duas extremidades; disponível nas terminações T-568A e T-568B; com características elétricas e performance testadas em frequências de até 250 Mhz; a conectorização das extremidades deverá ser com plug RJ-45 em policarbonato incolor, com contatos em bronze fosforoso e revestido com uma camada de ouro sobre uma camada de níquel; deverá ser montado e testado 100% em fabrica e disponibilizado pelo fabricante em cores, atendendo às especificações da ANSI/EIA/TIA - 606-A e lista de quantidades. O patch cord deverá possuir Certificação UL e estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/ 2000.
69.09.260	Patch Panel - 24 portas - categoria 6	Patch panel com 24 portas, padrão 19 com 1U de altura confeccionado em aço SAE 1010/20, com pintura eletrostática; padrão de conectorização universal T-568A e T-568B; conectores fêmea RJ45 com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0; vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e ouro; terminação do tipo 110 IDC - conexão traseira - estanhados para a proteção contra oxidação e que permitam inserção de condutores de 22 a 26 AWG, com conjunto de conectores frontal e traseiro interconectado através de placa de circuito impresso, a qual deverá ser agrupada em 4 conjuntos de 6 conectores; suporte traseiro para fixação de cabos vinculado ao painel frontal e local disponível para identificação frontal e ícones de identificação. Deverá estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/2015.
4 AR CONDICIONADO		
4.1 ADAPTAÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE PARA NOVO PROJETO		
32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido espessura 5mm - p/tubulação 1"	Isolamento térmico em polietileno expandido, para tubulação de 1 (28 mm) com as características: a) Espessura 5 mm + 1 mm; b) Estrutura celular fechada, com aproximadamente 400 células / cm ² ; c) Densidade mínima 35,0 + 5,0 kg / m ³ ; d) Condutividade térmica de 0,035 W / mk, ou 0,030 kcal / mh a 20°C; e) Absorção da água menor que 0,4% em volume após 28 dias de imersão, conforme norma DIN 53428; f) Difusão de vapor d'água de 0,902 g / m ² d p / 15 mm, conforme norma DIN 53122; g) Contratividade térmica menor que 1% após 96 horas a 80°C; h) Faixa de efetividade de isolamento de (-) 70°C/ 40°C até (+) 90°C, conforme o fabricante; i) Retardante à chama conforme norma NBR 7358; j) Resistência à tração de 2,6 kg / cm ² com 24,5 kg / m ³ de densidade, conforme Norma ASTM-0-1623-78; k) Resistência ao ambiente; l) Pode ser pintado, inodoro e atóxico; Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do isolante térmico flexível em tubulações de refrigeração ou água quente, existentes ou novas, conforme recomendações dos fabricantes.
46.08.020	Tubo Galvanizado s/costura - Schecule 40 _ DN = 1", inclusive conexões	Tubos em aço carbono sem costura classe ASTM-A 106, grau B, Schedule 40 com acabamento galvanizado, diâmetro nominal de 1, inclusive conexões e materiais acessórios para pontas rosqueáveis ou lisas; abertura e fechamento de rasgos, ou escavação e reaterro apilado de valas com profundidade média de 60 cm, ou fixação por grampos ou presilhas quando tubulação for aparente.
61.10.300	Duto Flexível aluminizado seção circular 10cm	Duto flexível em alumínio, seção circular, isolado termicamente com 25 mm de lã de vidro; Inclui materiais e acessórios necessários para completa instalação.

43.07.360	Ar condicionado a frio, tipo split de parede com capacidade 30.000 BTU/h	Ar condicionado frio tipo Split, com controle remoto e capacidade de 30.000 BTU (British Thermal Unit) / hora, para alimentação elétrica de 220 V / 60 Hz (monofásica / bifásica), constituído por 1 unidade condensadora externa e 1 unidade evaporadora interna tipo parede. Inclui o fornecimento de materiais complementares e acessórios, equipamentos e a mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços de instalação do evaporador (unidade interna), condensador (unidade externa) e da rede frigorígena isolada para até 3 metros de distância entre aparelhos (unidade externa e interna), constituída por tubulação de cobre com isolamento térmico, flanges, porcas, cabo de cobre PP 4x2,5mm ² 450/750V, isolamento 70°C, fita adesiva, par de suporte tipo L para condensadora com parafusos e buchas para sua fixação, parafusos e buchas para fixação da evaporadora, materiais complementares e acessórios, com quantidades conforme fabricante. A retirada de umidade das tubulações, por meio de bomba a vácuo; interligações elétricas, a partir do ponto de força protegido, ao lado da unidade externa; testes para evitar vazamentos (carga de nitrogênio); complementos de gás refrigerante; regulagem e testes de desempenho;
5	LIMPEZA DE ESPAÇO	
5.1	LIMPEZA DE ESPAÇO	
55.01.020	Limpeza Final	Material e a mão de obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varreção, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando as áreas prontas para a utilização.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA
1	ELÉTRICA		
1.1	PONTOS DE ENERGIA NORMAL, FORÇA E ESTABILIZADA		
38.07.700	Canaleta aparente com tampa em PVC, autoextinguível, de 85 x 35 mm, com acessórios	Canaleta aparente com tampa em PVC, na cor preta, de 4 vias, dimensões (85 x 35) mm, autoextinguível; referência 1122-05/06-BR. Com conexões, fixa cabos e materiais acessórios para a instalação completa.	m
38.07.740	Suporte com furos de tomada em PVC de 85 x 35 x 150 mm, para canaleta aparente	Fornecimento e instalação de suporte com furos de tomada RJ e/ou de energia em PVC, dimensões (85 x 35 x 150) mm, para canaleta aparente; referência 1126-27/28/31/32/33/34/37/74/76/96-BR	unid
38.15.010	Eletroduto Metálico flexível c/capa de PVC de 3/4"	Eletroduto metálico flexível constituído internamente por conduíte metálico flexível fabricado em espiral com fita de aço carbono galvanizado a fogo, zincado pelo processo de imersão à quente, revestido externamente, envolvendo todo o tubo, com espessa camada de PVC extrudado, para temperaturas até 60°C, referência Sealtubo e a mão de obra necessária para a instalação	m
38.21.110	Eletrocalha lisa Galvanizada a fogo 50x50mm c/acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 50 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m
38.22.130	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 200x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 200 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m
38.22.160	Eletrocalha perfurada Galvanizada a fogo, 400x100mm c/acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 400 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m
39.03.170	Cabo de cobre de #2,5mm² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m
39.03.174	Cabo de cobre de #4,0mm² - isolamento 0,6/1KV - 70°C	Cabo de cobre eletrolítico de alta condutibilidade, revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões de 600 V até 1.000 V. Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m
39.24.152	Cabo de cobre flexível de 3x#2,5mm² - isolamento 500V - 70°C PP	Condutores de cobre nu flexível, têmpera mole, classe 4 ou 5 de encordoamento, isolamento e cobertura em PVC, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos, temperatura de 70°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo. Norma NBR NM 280.	m
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250V - completa	Ttomada de 10 A - 250V, 2P + T, com placa, haste, contatos de prata e componentes de função elétrica em liga de cobre. Norma técnica: NBR 14136.	unid

40.06.040	Condulete metálico 3/4"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid
40.06.060	Condulete metálico 1"	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid
40.07.020	Caixa em PVC de 4' x 4'	Caixa de 4 x 4, em PVC rígido, antichama, na cor amarela, com olhais para instalação de eletrodutos e orelhas para fixação de espelho	unid
40.20.140	Placa de 4' x 4'	Placa, com ou sem furo central independente do formato, em poliestireno de 4 x 4, termoplástico de alto impacto	unid
1.2	QUADROS ELÉTRICOS/CABOS		
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	Mão de obra necessária para a remoção completa de disjuntor termomagnético	unid
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	Mão de obra necessária para a remoção completa de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem, inclusive os componentes internos	m²
37.04.280	Quadro de Distribuição de sobrepor p/44 disjuntores DIN - 150A	quadro de distribuição universal de sobrepor em chapa de aço tratada com pintura eletrostática epóxi a pó para disjuntores 44 DIN / 32 BOLT-ON e barramento bifásico ou trifásico, corrente nominal de 150A, composto por caixa, placa de montagem, espelho, tampa com fecho e suporte ou trilho para fixação de disjuntores; abertura ampliada na parte superior do espelho para até 11 módulos; Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do quadro	unid
37.10.010	Barramento de cobre nu	Barramento em lâmina chata de cobre eletrolítico nu, nas várias bitolas de acordo com a corrente nominal especificada em projeto	kg
37.13.600	Disjuntor termomagnético unipolar 127/220V - corrente de 10 A a 30 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, unipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 30 A e tensão de 127 / 220 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid
37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, bipolar, modelos com correntes variáveis de 10 A até 50 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid
37.13.660	Disjuntor termomagnético tripolar 220/380V - corrente de 60 a 100 A	Disjuntor automático, linha residencial, com proteção termomagnética, padrão bolt-on, tripolar, modelos com correntes variáveis de 60 A até 100 A e tensão de 220 / 380 V, conforme selo de conformidade do INMETRO; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do disjuntor por meio de parafusos em suporte apropriado.	unid

38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2' com acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 1 1/2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m
38.04.120	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 2" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 2", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m
38.04.160	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13507 - 3" c/acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	Eletrocalha lisa tipos U ou C, sem tampa, 150 x 50 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m
39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabos de 6 mm² até 10 mm².	unid
39.10.160	Terminal de pressão/compressão p/cabos #50mm²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 50 mm².	unid
39.10.200	Terminal de pressão/compressão p/cabos #70mm²	Terminal de pressão ou compressão, inclusive materiais acessórios, para cabo de 70 mm².	unid
39.21.090	Cabo de cobre flexível de #50mm²- isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m
39.21.100	Cabo de cobre flexível de #70mm²- isolamento 0,6/1KV - HEPR - 90°C	Cabo formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, encordoamento flexível classe 5, isolamento em composto termofixo HEPR 90º e cobertura composta com termoplástico PVC-ST2 (halogenado), conforme norma NBR 7286; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a enfição e instalação do cabo.	m

39.26.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefínico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.	m
39.26.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	Cabo constituído por: condutores de cobre nu flexível, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado com composto termofixo HEPR, coberto com composto termoplástico poliolefínico não halogenado e com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça, gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo; Inclui materiais e a mão de obra necessária para a instalação do cabo.	m
40.04.140	Tomada 3P+T de 32 A, blindada industrial de sobrepor negativa	Tomada de três pólos e um terra para 32 A/220 V, tipo industrial blindada de sobrepor, negativa; com carcaça, prensa cabos e aliviador de tensão em poliamida auto-extingível (nylon 6.6); tampa trava, subtampa e arruela trava em policarbonato; terminais em latão maciço com banho prata; contato móvel em bronze com banho prata.	unid
40.04.340	Plugue e tomada 2P+T de 16 A de sobrepor - 380 / 440 V	Conjunto de tomada de sobrepor, constituído por: tomada com dois pólos e um terra para 16 A e 380 / 440 V; tipo industrial blindada, grau de proteção IP 44; Inclui também o plugue grau de proteção IP 44.	unid
40.06.100	Condulete metálico de 1 1/2'	Condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 1 1/2, ou incorporar equipamentos como tomadas, interruptores sejam eles de energia, telefonia ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa tipo cega ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior	unid
40.10.100	Contator de Potência 50 A - 2NA+2NF	Contator de potência para corrente nominal de 50 A, com dois contatos normalmente abertos e dois contatos normalmente fechados, para tensões variáveis de 24 V até 440 V e frequência de 50 Hz ou 60 Hz conforme o modelo	unid
40.10.100	Contator de Potência 50 A - 2NA +2NF (REVERSORA DE 40A)	Contator de potência para corrente nominal de 50 A, com dois contatos normalmente abertos e dois contatos normalmente fechados, para tensões variáveis de 24 V até 440 V e frequência de 50 Hz ou 60 Hz conforme o modelo, com reversora de 40A.	unid
40.20.050	Sinalizador com lâmpada	Botão sinalizador frontal com lâmpada.	unid

1.3	ILUMINAÇÃO		
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação	Mão de obra necessária para a remoção completa de aparelho de iluminação ou projetor, fixo em teto, piso ou parede	unid
04.18.340	Remoção de condutele	Mão de obra necessária para a remoção completa de condutele	unid
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	Mão de obra necessária para a remoção completa de gancho de sustentação de luminária em perfilado	unid
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente externo até 50mm	Mão de obra necessária para a remoção completa de tubulação elétrica aparente, com diâmetro externo até 50 mm	unid
38.04.040	Eletroduto Galvanizado conforme NBR 13057 - 3/4" c/ acessórios	Eletrodutos e conexões rígidos de aço carbono, diâmetro nominal de 3/4", costura longitudinal conforme NBR 5624, galvanizado eletroliticamente com zinco, conforme NBR 13057. Inclui todos os materiais acessórios, como buchas e arruelas, com revestimento protetor e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de instalação, assim como a escavação e o reaterro apiloado em valas, com profundidade média de 0,50 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras nas instalações aparentes com a instalação de arame galvanizado para guia de fios e cabos utilizados em instalações elétricas.	m
38.07.300	Perfilado perfurado 38x38mm em chapa #14- pré zincada c/ acessórios	Perfilado perfurado, de 38 x 38 mm, chapa 14, com revestimento pré-zincada; Inclui acessórios para fixação ou reforço das peças entre si, como juntas, talas, cantoneiras, abraçadeiras, etc.	m
38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo 150x100mm c/ acessórios	Eletrocalha perfurada tipos U ou C, sem tampa, 150 x 100 mm, com todos os acessórios pertinentes tais como: curvas, tês, reduções, cruzetas, desvios, terminais, flanges, emendas, gotejadores, etc, em chapa de aço com acabamento galvanizado a fogo	m
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8C/base 13, até 2000 lm - 15 a 20W	Lâmpada tubular T8, base G 13, composta por módulos led IRC > ou = 80, temperatura de cor entre 4000 e 6500 K, fluxo luminoso de 1850 até 2000 lm, vida útil > ou = 25.000 h, potência entre 18 a 20 W, garantia mínima do fabricante de 3 anos, com certificação do Inmetro; Inclui materiais, acessórios e a mão de obra para instalação da lâmpada.	unid
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, c/difusor translúcido para 2 lâmpadas fluorescentes de 28W/32W/36W/54W	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com corpo e refletor em chapa de aço tratada com acabamento em pintura eletrostática na cor branca; difusor em translúcido; equipada com porta-lâmpada antivibratório em policarbonato com trava de segurança e proteção contra aquecimento nos contatos, para duas lâmpadas fluorescentes tubulares; Inclui também materiais e a mão de obra necessária para instalação completa da luminária	unid
1.4	SISTEMA DE NOBREAK		
69.06.200	Sistema ininterrupto de energia, trifásico online de 20KVA - 220/127V, autonomia de 15 minutos	Equipamento de sistema ininterrupto de energia, trifásico on line com forma de onda senoidal, com as características: potência nominal de 20 kVA; tensão de entrada 220 / 127 V, com variação de mais 10 % e menos 15 %; tensão de saída 220 V-127 V, com variação de mais ou menos 1 % (carga balanceada), mais ou menos 2 % (carga 50 % desbalanceada), mais ou menos 5 % da tensão nominal; constituído por: transformador isolador com blindagem eletrostática; conjunto de baterias estacionárias seladas de chumbo-ácido, protegidas por meio de fusíveis, para autonomia de 15 minutos a plena carga; carregador interativo e inteligente com fusíveis; inversor, chave estática; proteção contra raios e sobrecarga.	

2	CIVIL		
2.1	PAREDES/DIVISÓRIAS		
02.05.202	Andaime torre metálico(1,5 x1,5m) com piso metálico	Andaime tubular tipo torre metálico com base quadrada (1,5 x 1,5 m), mão de obra necessária para transporte interno na obra: Quadros de base com travamentos e rodas emborrachadas para locomoção; guarda-corpo e rodapé, plataforma e quadros com escada; pisos metálicos. Utilizado somente para postes e pontos localizados; não substitui o andaime fachadeiro. Conforme NR 18 e/ou normas vigentes.	m x mês
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	Mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos, manualmente; a seleção e a acomodação manual do material em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.	m²
05.07.070	Remoção de entulho com caçamba metálica - gesso e drywall	Carregamento manual de gesso e/ou drywall até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo: a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas; b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo; c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba; d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba; e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados. f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação; g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.	m³
14.30.843	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida	Divisória em vidro temperado duplo com 6 mm de espessura, micro persianas interna em alumínio com lâminas de 16 mm de largura, tipo piso-teto de 86 a 90 mm de espessura, pé-direito até 3,35 m. Inclui estrutura, coluna estrutural em alumínio extrudado liga 6063-T5 e calha eletrificável no rodapé.	m²
Pesquisa	Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (Reinstalação)	Mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários para recolocação das divisórias	m²
Pesquisa	Perfis para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida (guias e montantes)	divisória modular 2,70x 0,85m de vidro duplo 6mm, com micropersianas interna 16mm, cor 14 preta	unid
Pesquisa	Micropersianas para divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida		unid

14.30.110	Divisória cega tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	Divisória interna modulada de painéis cegos tipo naval, inclusive portas na espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura a base de água protegida por resina alquídica melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster, ou alumínio anodizado; rodapé duplo com ou sem macaquinhos. Cor a definir	m²
14.30.230	Divisória painel/vidro/vidro tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5cm	Divisória interna modulada em painel / vidro / vidro, tipo naval, constituída por painéis e portas, espessura de 35 mm, prensados com miolo tipo MSO honey comb capaz de absorver os impactos e distribuí-los em vários pontos que formam as colméias e revestidos em chapa dura de fibras, de Eucalyptus (conhecida como eucalipto) prensadas com acabamento em pintura à base de água protegida por resina alquídica-melamínica tipo Eucaplac UV ou equivalente; estrutura em perfil naval tipo H de aço zincado com pintura epóxi-poliéster ou alumínio anodizado, rodapé duplo com ou sem macaquinhos, vidro liso de 3 mm	m²
14.30.920	Divisória em placas duplas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos	Paredes de fechamento e/ou divisórias drywall para vedações internas não estruturais com 98 mm de espessura e resistência ao fogo de 60 minutos, composta por: duas chapas em cada face da estrutura, sendo duas do tipo standard e duas do tipo resistente à umidade e com espessura de 12,5 mm (2 ST 12,5 + 2 RU 12,5); isolamento acústico de 49 a 50 dB, com lâ mineral de vidro com espessura de 50 mm; estrutura em perfis leves de aço galvanizado por processo contínuo de zincagem por imersão a quente, compreendendo perfis de aço com espessura de 0,50 mm, largura nominal de 48 mm, denominados guias e montantes espaçados de eixo a eixo em 400 ou 600 mm, conforme altura entre as fixações; perfil cantoneira perfurada com espessura de 0,43 mm para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, cantoneiras, tabicas metálicas e rodapés metálicos, quando houver; fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas; fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; fita para isolamento acústico; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também acessórios para completa instalação e a execução de recortes para portas, janelas, luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontado os vãos decorrentes. Normas técnicas: NBR 14715-1, NBR 15758.	m²

		Forro monolítico em gesso para uso interno drywall, retos ou curvos, horizontais ou inclinados constituído por: Estrutura em perfis leves de aço galvanizado com zincagem tipo B (260 g / m²), compreendendo: perfis de aço com espessura de 0,50 mm, denominados canaletas longitudinais ou perfil tabica, espaçados a cada 60 cm, união em aço para a fixação dos perfis longitudinais, entre si; presilhas de regulação em aço, para a fixação dos perfis nos pendurais de sustentação do forro, suspensão com regulação em aço galvanizado para a fixação dos montantes, pendurais em arame galvanizado nº 10 (BWG), parafusos autoperfurantes e atarraxantes, galvanizados para a fixação das chapas e perfil / perfil, uma chapa, fixada na face externa da estrutura, industrializada a partir da gipsita natural e cartão duplex, tipo standard (ST), com espessura de 12,5 mm, fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas, fita de papel, com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, e massa especial para a calafetação e colagem das chapas. Inclui também todo o material acessório, equipamentos e a mão de obra necessária para a execução de forros, de acordo com as recomendações e especificações dos fabricantes, inclusive a execução de recortes para luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontados os vãos decorrentes. Após o rejuntamento, os forros em chapas de gesso deverão apresentar a superfície lisa, monolítica e sem junta aparente, para receber acabamento final em pintura. Normas técnicas: NBR 14715-1 e 15758-2.	
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado espessura 12,5mm fixo		m²
23.04.600	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 80 x 210 cm	Folha de porta em madeira sarrafeada revestida, nas duas faces, em laminado fenólico melamínico liso; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; Inclui acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid
32.06.030	Lã de vidro e/ou lã de rocha com espessura de 2' (isolamento acústico em drywall)	Lã de vidro e / ou lã de rocha na espessura de 2" (50 mm), inclusive materiais acessórios e mão de obra necessária para a aplicação da lã de vidro.	m²
2.2	PORTAS/VIDROS		
04.14.020	Retirada de vidro com raspagem de massa	Mão de obra necessária para a retirada de vidro ou espelho de qualquer natureza, inclusive a raspagem da massa ou retirada de baguetes	m²
23.09.550	Porta lisa c/batente metálico 80x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid
23.09.590	Porta lisa c/batente metálico 160x210mm	Porta lisa em madeira sarrafeada, para acabamento em pintura ou cera; batente em chapa de aço galvanizado nº 16 dobrada; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente e da folha.	unid
26.02.020	Vidro Temperado incolor de 6mm	Vidro temperado incolor de 6 mm, inclusive acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do vidro.	m²

28.01.171	Mola aérea p/porta, com esforço acima de 60kg até 80 kg	Mola aérea, para portas e / ou portões, com as características: tamanho compacto, com duas válvulas independentes, onde uma controla a velocidade de fechamento de 180º até 20º e a outra o fechamento final de 20º até 0º; braço com engate rápido; reversível podendo ser instalada à esquerda ou à direita, sem inverter o mecanismo; acabamento em esmalte sintético à base de poliuretano, em várias cores. Inclui também materiais acessórios e mão de obra necessária para a instalação completa da mola em portas ou portões, em geral, que necessitem esforço para a abertura de 60 até 80 kg.	un
2.3	PINTURAS		
02.03.500	Proteção em madeira e lona plástica para equipamento mecânico ou informática - para obras de reforma	Materiais e acessórios para fixação e a mão de obra necessária para execução de invólucro, montado no local, para proteção de equipamento mecânico e/ou informática, constituído por: Pontalete Pinus elliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 3 x 3 e sarrafo de pinus 1 x 4 para formar a base; sarrafo Pinus elliottii (conhecido como pinus, pinheiro) de 1 x 4 intermediários na vertical e parte superior; chapa compensada plastificada de 6 mm na parte superior; lona plástica preta nos quatro lados e parte superior; plástico bolha nos quatro lados.	m³
03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta ou verniz em superfícies de madeira ou metálicas com lixamento.	m²
03.10.140	Remoção de pintura em massa c/lixamento	Materiais e a mão de obra necessária para a remoção da tinta em massa com lixamento.	m²
17.03.060	Cimentado desempenado e alisado com corante (queimado)	Materiais e a mão de obra necessária para a execução do cimentado desempenado e alisado	m²
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	Massa corrida à base de PVA, recomendada para a correção de pequenos defeitos. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, remoção de partes soltas, irregularidades e poeira, conforme recomendações do fabricante; aplicação da massa em várias demãos (2 ou 3 demãos), em camadas finas com lixamentos intermediários, conforme especificações do fabricante, lixamento final e remoção do pó da superfície emassada.	m²
33.06.020	Acrílico para quadros e pisos cerâmicos	Tinta acrílica, a base de resinas acrílicas, com alta resistência à abrasão, acabamento microtexturizado, lavável, resistente a água, alcalinidade, maresia e intempéries; conforme norma NBR 11702. Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica, uma demão como primer, com a tinta diluída em 40% de água, duas demãos de acabamento, com a tinta diluída em 20% de água, conforme especificações do fabricante	m²
33.10.020	Tinta Látex em massa, inclusive preparo	Fornecimento de selador de tinta para pintura; tinta látex standard, diluente em água; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; em 2 ou 3 demãos, conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa internas ou externas. Normas técnicas: NBR 11702 e NBR 15079.	m²

		Fornecimento de selador de tinta para pintura, tinta acrílica standard, diluente (água potável), acabamento a definir. Inclui materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica em 2 ou 3 demãos, sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e norma NBR 11702.	
33.10.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo		m²
2.4	SERVIÇOS DE TACOS E PISO		
20.20.100	Recolocação de rodapé e cordão de madeira	Fornecimento de prego em diversas bitolas e a mão de obra necessária para a recolocação de rodapés ou cordões de madeira.	m
20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	Preparo do piso com raspagem e calafetação, o fornecimento e aplicação de verniz em poliuretano, bi-componente, a base de água; aplicação de duas demãos, acabamento semibrilho para piso de tacos ou assoalhos em madeira.	m²
21.10.250	Rodapé em laminado melamínico dissipativo, espessura de 2 mm e altura de 10 cm	Rodapé com 10 cm de altura, em laminado melamínico dissipativo com 2 mm de espessura, em várias cores. Inclui materiais acessórios para instalação, cola de contato, solvente e a mão de obra para execução do serviço.	m
21.02.060	Revestimento vinílico, espessura de 3,2 mm, para tráfego intenso, com impermeabilizante acrílico	Revestimento vinílico heterogêneo com base compacta. Apresenta as seguintes características: a) Placas homogêneas de 600x600mm / 609x609mm ou 914x914mm, com espessura de 3,2mm; b) Capa de uso PVC de 0,55mm; c) Classificação de uso 32 / 41 (conforme NBR 14917-1); d) Classe II A conforme NBR 8660 e IT10 para Energia Radiante. Inclui a limpeza e o tratamento com aplicação de impermeabilizante acrílico, conforme recomendações do fabricante, além do cordão de solda multicor	m²
2.5	FACHADA DE ACESSO AO 14º PAVIMENTO		
21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	Painel de alumínio composto (ACM) formado por duas chapas de alumínio de 0,5 mm cada e um núcleo de polietileno, com 4 mm de espessura total da placa, pintura pelo processo Coil Coating em uma das faces a base de resina Fluoreto de Polivinilideno (PVDF ou equivalente), diversas cores, material fornecido com filme de proteção de PVC, revestimento de uso externo e interno, incluso materiais acessórios como rebite, parafusos alto-brocantes em aço inoxidável, fita dupla face, tarucel e silicone neutro para sua completa instalação. Inclui a estrutura para fixação da placa em alumínio ou metalon, afastamento até 70 mm da superfície de fixação.	m²
2.6	HIDRÁULICA		

44.01.052	Bacia sifonada de louça com tampa - 6 litros	Bacia sifonada de louça com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido - 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para bacia sanitária tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un
44.01.820	Bacia sifonada c/caixa de descarga acoplada com tampa - 6 litros	Bacia sifonada em louça e caixa acoplada, com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido, capacidade de 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Inclui: bolsa de borracha; anel de borracha de expansão de 4", tampa plástica para sanitário tipo universal, tubo de ligação com canopla, parafusos niquelados; massa de vidro para fixação e assentamento da base; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un
44.01.200	Mictório de louça sifonado autoaspirante	Mictório com sifão integrado auto-aspirante em louça; jogo de acessórios para mictório com flexível para interligação à rede de água; sistema de fixação por meio de parafusos; materiais acessórios necessários para sua instalação e ligação às redes de água e esgoto.	un
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	Cuba de louça de embutir para lavatório e materiais para fixação; Inclui materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação.	un
44.20.100	Engate flexível metálico 1/2"	Engate flexível metálico com diâmetro nominal de 1/2", comprimento variável de 30 cm, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do engate flexível em aparelhos sanitários.	un
44.20.220	Sifão de meta cromado 1"x1 1/2"	Sifão em metal cromado, de 1' x 1 1/2' com tubo de ligação ajustável; materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação e ligação à rede de esgoto.	un
3	LÓGICA/TI		
3.1	SUBSTITUIÇÃO DO CABEAMENTO		
39.18.120	Cabo para rede UTP 23 AWG/4 pares - categoria 6	Cabos para rede 23 AWG com 4 pares não blindados, categoria 6 A, com fabricante certificado ISO 9001 / 2000; deverá ser constituído por: condutores de cobre sólido, capa externa em PVC não propagante a chama, identificação nas veias dos pares, marcação na capa externa sequencial do comprimento em metros; deverá ser fornecido em caixas tipo FAST BOX e deverá possuir Certificação UL e de acordo com a ANSI / TIA-568-C.2 para Categoria 6 A; Inclui o fornecimento de mão de obra e ferramentas necessárias para o lançamento dos cabos.	m
3.2	CONEXÕES, PATCHES PANELS E CERTIFICAÇÃO		

69.03.340	Conector RJ-45 fêmea - categoria 6	Conector RJ-45 modular com 8 posições, com contatos do tipo IDC na parte traseira e conector tipo RJ-45 fêmea na parte frontal para conexão de conectores RJ-45 ou RJ-11 machos; deverá ser fabricado com corpo em termoplástico de alto impacto retardante à chama, classificação UL 94V-0, com terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC / LCS, para condutores de 22 a 26 AWG e ser montado em placa de circuito impresso de quatro camadas para controle de Diafonia, deverá possuir padrão de conectorização universal T-568 A e T-568 B e ter possibilidade para codificação por cores com o uso de ícones de identificação O conector RJ-45 deverá possuir padrão de conectorização universal T-568A e T-568B e deverá atender os requisitos da norma ISO 11801 / ANSI / TIA / EIA - 568B.2-1 categoria 6	unid
69.09.250	Patch cord de 1,50 ou 3,0m - RJ45/categoria 6	Patch cords com as seguintes características: comprimento de 1,50 ou 3,00m; confeccionados em cabo par trançado, UTP, 24 AWG x 4 pares categoria 6A; composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama; conectorizados à RJ45 macho categoria 6A nas duas extremidades; disponível nas terminações T-568A e T-568B; com características elétricas e performance testadas em frequências de até 250 Mhz; a conectorização das extremidades deverá ser com plug RJ-45 em policarbonato incolor, com contatos em bronze fosforoso e revestido com uma camada de ouro sobre uma camada de níquel; deverá ser montado e testado 100% em fabrica e disponibilizado pelo fabricante em cores, atendendo às especificações da ANSI/EIA/TIA - 606-A e lista de quantidades. O patch cord deverá possuir Certificação UL e estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/ 2000.	unid
69.09.260	Patch Panel - 24 portas - categoria 6	Patch panel com 24 portas, padrão 19 com 1U de altura confeccionado em aço SAE 1010/20, com pintura eletrostática; padrão de conectorização universal T-568A e T-568B; conectores fêmea RJ45 com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0; vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e ouro; terminação do tipo 110 IDC - conexão traseira - estanhados para a proteção contra oxidação e que permitam inserção de condutores de 22 a 26 AWG, com conjunto de conectores frontal e traseiro interconectado através de placa de circuito impresso, a qual deverá ser agrupada em 4 conjuntos de 6 conectores; suporte traseiro para fixação de cabos vinculado ao painel frontal e local disponível para identificação frontal e ícones de identificação. Deverá estar de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568-B.2-1 para Categoria 6; e o fabricante apresente certificado ISO 9001/2015.	unid
4	AR CONDICIONADO		
4.1	ADAPTAÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE PARA NOVO PROJETO		

32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido espessura 5mm - p/tubulação 1"	<p>Isolamento térmico em polietileno expandido, para tubulação de 1 (28 mm) com as características:</p> <p>a) Espessura 5 mm + 1 mm;</p> <p>b) Estrutura celular fechada, com aproximadamente 400 células / cm²;</p> <p>c) Densidade mínima 35,0 + 5,0 kg / m³;</p> <p>d) Condutividade térmica de 0,035 W /mk, ou 0,030 kcal / mh a 20°C;</p> <p>e) Absorção da água menor que 0,4% em volume após 28 dias de imersão, conforme norma DIN 53428;</p> <p>f) Difusão de vapor d'água de 0,902 g / m²d p / 15 mm, conforme norma DIN 53122;</p> <p>g) Contratividade térmica menor que 1% após 96 horas a 80°C;</p> <p>h) Faixa de efetividade de isolamento de (-) 70°C/ 40°C até (+) 90°C, conforme o fabricante;</p> <p>i) Retardante à chama conforme norma NBR 7358;</p> <p>j) Resistência à tração de 2,6 kg / cm² com 24,5 kg / m³ de densidade, conforme Norma ASTM-0-1623-78;</p> <p>k) Resistência ao ambiente;</p> <p>l) Pode ser pintado, inodoro e atóxico;</p> <p>Inclui o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do isolante térmico flexível em tubulações de refrigeração ou água quente, existentes ou novas, conforme recomendações dos fabricantes.</p>	m
46.08.020	Tubo Galvanizado s/costura - Schecule 40 _ DN = 1", inclusive conexões	Tubos em aço carbono sem costura classe ASTM-A 106, grau B, Schedule 40 com acabamento galvanizado, diâmetro nominal de 1, inclusive conexões e materiais acessórios para pontas rosqueáveis ou lisas; abertura e fechamento de rasgos, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 60 cm, ou fixação por grampos ou presilhas quando tubulação for aparente.	m
61.10.300	Duto Flexível aluminizado seção circular 10cm	Duto flexível em alumínio, seção circular, isolado termicamente com 25 mm de lã de vidro; Inclui materiais e acessórios necessários para completa instalação.	m
43.07.360	Ar condicionado a frio, tipo split de parede com capacidade 30.000 BTU/h	Ar condicionado frio tipo Split, com controle remoto e capacidade de 30.000 BTU (British Thermal Unit) / hora, para alimentação elétrica de 220 V / 60 Hz (monofásica / bifásica), constituído por 1 unidade condensadora externa e 1 unidade evaporadora interna tipo parede. Inclui o fornecimento de materiais complementares e acessórios, equipamentos e a mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços de instalação do evaporador (unidade interna), condensador (unidade externa) e da rede frigorígena isolada para até 3 metros de distância entre aparelhos (unidade externa e interna), constituída por tubulação de cobre com isolamento térmico, flanges, porcas, cabo de cobre PP 4x2,5mm ² 450/750V, isolamento 70°C, fita adesiva, par de suporte tipo L para condensadora com parafusos e buchas para sua fixação, parafusos e buchas para fixação da evaporadora, materiais complementares e acessórios, com quantidades conforme fabricante. A retirada de umidade das tubulações, por meio de bomba a vácuo; interligações elétricas, a partir do ponto de força protegido, ao lado da unidade externa; testes para evitar vazamentos (carga de nitrogênio); complementos de gás refrigerante; regulagem e testes de desempenho;	un
5	LIMPEZA DE ESPAÇO		
5.1	LIMPEZA DE ESPAÇO		

55.01.020	Limpeza Final	Material e a mão de obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varreção, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando as áreas prontas para a utilização.	m ²
TOTAL			
BDI %			
BDI R\$			
TOTAL + BDI			

QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR UNITÁRIO%	VALOR TOTAL da PROPOSTA
			*Preencher o % acima	
450	R\$ 75,02	R\$ 33.759,00	R\$ 0,00	R\$ 33.759,00
150	R\$ 13,26	R\$ 1.989,00	R\$ 0,00	R\$ 1.989,00
300	R\$ 20,85	R\$ 6.253,50	R\$ 0,00	R\$ 6.253,50
210	R\$ 46,98	R\$ 9.865,80	R\$ 0,00	R\$ 9.865,80
400	R\$ 163,00	R\$ 65.200,00	R\$ 0,00	R\$ 65.200,00
400	R\$ 269,77	R\$ 107.908,00	R\$ 0,00	R\$ 107.908,00
30000	R\$ 5,40	R\$ 162.000,00	R\$ 0,00	R\$ 162.000,00
15000	R\$ 7,58	R\$ 113.700,00	R\$ 0,00	R\$ 113.700,00
2000	R\$ 13,88	R\$ 27.750,00	R\$ 0,00	R\$ 27.750,00
1875	R\$ 39,13	R\$ 73.368,75	R\$ 0,00	R\$ 73.368,75

2829	R\$ 44,13	R\$ 124.843,77	R\$ 0,00	R\$ 124.843,77
1125	R\$ 53,67	R\$ 60.373,13	R\$ 0,00	R\$ 60.373,13
300	R\$ 19,53	R\$ 5.857,50	R\$ 0,00	R\$ 5.857,50
300	R\$ 8,57	R\$ 2.569,50	R\$ 0,00	R\$ 2.569,50
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
1960	R\$ 13,96	R\$ 27.361,60	R\$ 0,00	R\$ 27.361,60
6	R\$ 111,66	R\$ 669,96	R\$ 0,00	R\$ 669,96
6	R\$ 1.017,96	R\$ 6.107,73	R\$ 0,00	R\$ 6.107,73
39	R\$ 139,93	R\$ 5.457,08	R\$ 0,00	R\$ 5.457,08
816	R\$ 18,08	R\$ 14.753,28	R\$ 0,00	R\$ 14.753,28
30	R\$ 106,60	R\$ 3.197,85	R\$ 0,00	R\$ 3.197,85
19	R\$ 181,10	R\$ 3.440,81	R\$ 0,00	R\$ 3.440,81

20	R\$ 84,55	R\$ 1.691,00	R\$ 0,00	R\$ 1.691,00
270	R\$ 99,12	R\$ 26.762,40	R\$ 0,00	R\$ 26.762,40
270	R\$ 154,29	R\$ 41.658,30	R\$ 0,00	R\$ 41.658,30
9	R\$ 68,15	R\$ 613,35	R\$ 0,00	R\$ 613,35
50	R\$ 8,89	R\$ 444,25	R\$ 0,00	R\$ 444,25
100	R\$ 15,36	R\$ 1.536,50	R\$ 0,00	R\$ 1.536,50
60	R\$ 15,69	R\$ 941,40	R\$ 0,00	R\$ 941,40
550	R\$ 58,22	R\$ 32.018,25	R\$ 0,00	R\$ 32.018,25
550	R\$ 79,62	R\$ 43.791,00	R\$ 0,00	R\$ 43.791,00

400	R\$ 11,49	R\$ 4.594,00	R\$ 0,00	R\$ 4.594,00
500	R\$ 17,35	R\$ 8.675,00	R\$ 0,00	R\$ 8.675,00
2	R\$ 169,26	R\$ 338,52	R\$ 0,00	R\$ 338,52
20	R\$ 350,13	R\$ 7.002,60	R\$ 0,00	R\$ 7.002,60
12	R\$ 66,00	R\$ 792,00	R\$ 0,00	R\$ 792,00
8	R\$ 728,34	R\$ 5.826,68	R\$ 0,00	R\$ 5.826,68
1	R\$ 728,34	R\$ 728,34	R\$ 0,00	R\$ 728,34
2	R\$ 71,00	R\$ 141,99	R\$ 0,00	R\$ 141,99

		R\$ 0,00		R\$ 0,00
1148	R\$ 12,53	R\$ 14.384,44	R\$ 0,00	R\$ 14.384,44
500	R\$ 22,24	R\$ 11.120,00	R\$ 0,00	R\$ 11.120,00
1500	R\$ 11,16	R\$ 16.740,00	R\$ 0,00	R\$ 16.740,00
1000	R\$ 13,96	R\$ 13.960,00	R\$ 0,00	R\$ 13.960,00
1000	R\$ 28,49	R\$ 28.490,00	R\$ 0,00	R\$ 28.490,00
2500	R\$ 26,95	R\$ 67.375,00	R\$ 0,00	R\$ 67.375,00
200	R\$ 142,89	R\$ 28.578,00	R\$ 0,00	R\$ 28.578,00
2000	R\$ 15,51	R\$ 31.020,00	R\$ 0,00	R\$ 31.020,00
1000	R\$ 157,15	R\$ 157.150,00	R\$ 0,00	R\$ 157.150,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
1	R\$ 54.991,64	R\$ 54.991,64	R\$ 0,00	R\$ 54.991,64

		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
656	R\$ 29,42	R\$ 19.299,52	R\$ 0,00	R\$ 19.299,52
212	R\$ 9,75	R\$ 2.067,00	R\$ 0,00	R\$ 2.067,00
470	R\$ 173,37	R\$ 81.481,55	R\$ 0,00	R\$ 81.481,55
600	R\$ 1.473,06	R\$ 883.836,00	R\$ 0,00	R\$ 883.836,00
100	R\$ 454,50	R\$ 45.450,00	R\$ 0,00	R\$ 45.450,00
50	R\$ 457,63	R\$ 22.881,25	R\$ 0,00	R\$ 22.881,25
16	R\$ 789,50	R\$ 12.632,00	R\$ 0,00	R\$ 12.632,00

260	R\$ 190,02	R\$ 49.405,20	R\$ 0,00	R\$ 49.405,20
206	R\$ 191,17	R\$ 39.381,02	R\$ 0,00	R\$ 39.381,02
2000	R\$ 215,74	R\$ 431.470,00	R\$ 0,00	R\$ 431.470,00

900	R\$ 103,84	R\$ 93.451,50	R\$ 0,00	R\$ 93.451,50
6	R\$ 1.649,25	R\$ 9.895,50	R\$ 0,00	R\$ 9.895,50
206,08	R\$ 40,34	R\$ 8.312,24	R\$ 0,00	R\$ 8.312,24
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
280	R\$ 20,56	R\$ 5.755,40	R\$ 0,00	R\$ 5.755,40
150	R\$ 1.191,78	R\$ 178.767,75	R\$ 0,00	R\$ 178.767,75
20	R\$ 1.990,96	R\$ 39.819,20	R\$ 0,00	R\$ 39.819,20
280	R\$ 324,46	R\$ 90.847,40	R\$ 0,00	R\$ 90.847,40

10	R\$ 364,69	R\$ 3.646,90	R\$ 0,00	R\$ 3.646,90
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
1137,53	R\$ 103,77	R\$ 118.041,49	R\$ 0,00	R\$ 118.041,49
2500	R\$ 11,36	R\$ 28.400,00	R\$ 0,00	R\$ 28.400,00
2500	R\$ 3,51	R\$ 8.762,50	R\$ 0,00	R\$ 8.762,50
1000	R\$ 48,21	R\$ 48.205,00	R\$ 0,00	R\$ 48.205,00
4500	R\$ 19,59	R\$ 88.132,50	R\$ 0,00	R\$ 88.132,50
130	R\$ 27,17	R\$ 3.531,45	R\$ 0,00	R\$ 3.531,45
4500	R\$ 23,75	R\$ 106.852,50	R\$ 0,00	R\$ 106.852,50

1500	R\$ 33,83	R\$ 50.737,50	R\$ 0,00	R\$ 50.737,50
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
200	R\$ 38,11	R\$ 7.621,00	R\$ 0,00	R\$ 7.621,00
1450	R\$ 97,97	R\$ 142.056,50	R\$ 0,00	R\$ 142.056,50
66	R\$ 71,85	R\$ 4.741,77	R\$ 0,00	R\$ 4.741,77
1468	R\$ 236,63	R\$ 347.372,84	R\$ 0,00	R\$ 347.372,84
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
39,34	R\$ 878,25	R\$ 34.550,36	R\$ 0,00	R\$ 34.550,36
		R\$ 0,00		R\$ 0,00

4	R\$ 355,30	R\$ 1.421,18	R\$ 0,00	R\$ 1.421,18
4	R\$ 855,83	R\$ 3.423,32	R\$ 0,00	R\$ 3.423,32
4	R\$ 680,82	R\$ 2.723,26	R\$ 0,00	R\$ 2.723,26
3	R\$ 153,57	R\$ 460,70	R\$ 0,00	R\$ 460,70
10	R\$ 41,75	R\$ 417,45	R\$ 0,00	R\$ 417,45
10	R\$ 188,09	R\$ 1.880,85	R\$ 0,00	R\$ 1.880,85
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
15.000	R\$ 18,41	R\$ 276.150,00	R\$ 0,00	R\$ 276.150,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00

746	R\$ 40,70	R\$ 30.362,20	R\$ 0,00	R\$ 30.362,20
684	R\$ 42,33	R\$ 28.950,30	R\$ 0,00	R\$ 28.950,30
30	R\$ 980,07	R\$ 29.401,95	R\$ 0,00	R\$ 29.401,95
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00

1200	R\$ 9,49	R\$ 11.388,00	R\$ 0,00	R\$ 11.388,00
1200	R\$ 117,31	R\$ 140.766,00	R\$ 0,00	R\$ 140.766,00
600	R\$ 28,72	R\$ 17.232,00	R\$ 0,00	R\$ 17.232,00
3	R\$ 9.068,69	R\$ 27.206,07	R\$ 0,00	R\$ 27.206,07
		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		R\$ 0,00		R\$ 0,00

4500	R\$ 15,90	R\$ 71.550,00	R\$ 0,00	R\$ 71.550,00
		R\$ 5.108.529,00	TOTAL	R\$ 5.108.529,00
		21,00%	BDI %	21,00%
		R\$ 1.072.791,09	BDI R\$	R\$ 1.072.791,09
		R\$ 6.181.320,09	TOTAL + BDI	R\$ 6.181.320,10

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados - IMR como mecanismo de acompanhamento, aferição da qualidade e adequação do pagamento dos serviços executados.
- 1.2. O IMR contemplará 01 (um) indicador principal, denominado Execução dos Serviços Comuns de Engenharia, com as respectivas metas, critérios de avaliação, formas de acompanhamento e faixas de ajuste de pagamento definidas neste documento.
- 1.3. A aferição será realizada por Ordem de Serviço - OS, por etapa de execução, por medição ou mensalmente, conforme a natureza da demanda, o cronograma aprovado e o regime de execução definido no Termo de Referência, no instrumento contratual ou na própria OS.
- 1.4. Cada aferição considerará o serviço como integralmente adequado quando executado em conformidade com o Termo de Referência, o projeto aprovado, a Ordem de Serviço, as normas técnicas aplicáveis, os prazos definidos, as condições de segurança e as orientações formais da fiscalização.
- 1.5. A avaliação iniciará com a pontuação máxima de 100 (cem) pontos. As ocorrências registradas pela fiscalização gerarão deduções, conforme a Tabela 01 - Ficha de Inspeção dos Serviços Executados.
- 1.6. A Contratada obriga-se a aceitar a aferição dos serviços pela Administração, nos termos dos indicadores, critérios de medição e descontos previstos neste instrumento, sem prejuízo do direito de apresentar justificativas e esclarecimentos quando notificada.
- 1.7. Durante a execução dos serviços, a fiscalização realizará vistorias rotineiras e técnicas nos ambientes objeto de intervenção, com o objetivo de verificar a conformidade da execução com os projetos aprovados, especificações técnicas e demais condições contratuais, podendo exigir, em caso de irregularidades ou desconformidades, a imediata correção, adequação ou regularização dos serviços executados.
- 1.8. Não serão computadas para fins de desconto as ocorrências decorrentes de caso fortuito, força maior, fato comprovadamente alheio ao controle da Contratada ou circunstância provocada exclusivamente pela Administração, desde que formalmente justificadas e aceitas pela fiscalização.

2. DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO

- 2.1. Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste IMR, os fiscais do contrato determinarão a adequação do pagamento à Contratada, aplicando os descontos proporcionais ao resultado apurado na respectiva OS, etapa de medição ou período de referência.
- 2.2. A adequação de pagamento decorrente da aferição do IMR constitui ajuste do valor devido em razão de serviço não executado com a qualidade, prazo, documentação ou conformidade contratada, não se confundindo com penalidade administrativa.
- 2.3. Para a adequação do pagamento não será necessária a abertura de processo administrativo sancionatório específico, resguardado o direito de manifestação da Contratada sobre as ocorrências registradas e sem prejuízo das rotinas de recebimento, ateste e liquidação da despesa.
- 2.4. Além dos descontos previstos neste instrumento, poderão ser aplicadas, independentemente e mediante processo administrativo próprio, as sanções, multas e demais consequências previstas no edital, no Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente.
- 2.5. O resultado da avaliação será encaminhado ao preposto da Contratada até o 5º dia útil subsequente ao encerramento do período de aferição, da etapa de medição ou da conclusão da OS, conforme o caso, para subsidiar a emissão ou conferência da fatura correspondente.

2.6. A aplicação de desconto não exime a Contratada da obrigação de corrigir, adequar ou regularizar os serviços, materiais, documentos ou instalações apontados pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

2.7. Os pagamentos serão proporcionais ao desempenho apurado, observadas as faixas abaixo:

Pontuação apurada na Tabela 01	Percentual estimado de adequação	Faixa de ajuste no pagamento
Até 14 pontos	96% a 100% dos serviços adequados	Recebimento de 100% do valor da medição/OS
15 a 24 pontos	91% a 95% dos serviços adequados	Recebimento de 95% do valor da medição/OS
25 a 29 pontos	86% a 90% dos serviços adequados	Recebimento de 90% do valor da medição/OS
30 a 35 pontos	81% a 85% dos serviços adequados	Recebimento de 85% do valor da medição/OS
36 a 40 pontos	76% a 80% dos serviços adequados	Recebimento de 80% do valor da medição/OS
41 a 45 pontos	70% a 75% dos serviços adequados	Recebimento de 75% do valor da medição/OS
46 a 50 pontos	66% a 69% dos serviços adequados	Recebimento de 70% do valor da medição/OS
51 a 55 pontos	60% a 65% dos serviços adequados	Recebimento de 65% do valor da medição/OS
56 a 60 pontos	54% a 59% dos serviços adequados	Recebimento de 60% do valor da medição/OS
Acima de 60 pontos	Abaixo de 54% dos serviços adequados	Recebimento condicionado à análise da fiscalização, podendo haver retenção da etapa, exigência de regularização e instauração de processo para apuração de responsabilidade

3. DOS INDICADORES DE AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A avaliação do desempenho da Contratada será realizada com base no indicador abaixo, estruturado nos mesmos moldes de ficha objetiva de acompanhamento e pontuação por ocorrência.

ITEM	DESCRIÇÃO
Indicador	Execução dos Serviços Comuns de Engenharia.
Finalidade	Garantir a execução integral, segura e tecnicamente adequada dos serviços de restauração, adequação e infraestrutura predial demandados pela Administração, conforme Termo de Referência, projetos aprovados, Ordens de Serviço, cronogramas, normas técnicas e demais condições contratuais.
Meta a cumprir	100% dos serviços, etapas, projetos, materiais, documentos e regularizações executados ou entregues dentro dos prazos e padrões definidos pela Administração.
Instrumento de medição	Avaliação direta da fiscalização por meio de vistorias, registros fotográficos, análise documental, conferência de medições, relatórios, checklists, testes/certificações e Planilha de Controle dos Serviços Adequados Executados.

ITEM	DESCRIÇÃO
Forma de acompanhamento	A fiscalização registrará, na Tabela 01, as ocorrências em que as obrigações contratuais não corresponderem a 100% do ajustado, com posterior lançamento do resultado na planilha de controle e comunicação ao preposto da Contratada.
Periodicidade	Por Ordem de Serviço, etapa de execução, medição, recebimento provisório/definitivo ou mensalmente, conforme a natureza da demanda e o cronograma aprovado.
Mecanismo de cálculo	O desempenho será apurado mediante o somatório dos pontos correspondentes às ocorrências registradas na Tabela 01. O total de pontos apurados definirá a faixa de ajuste no pagamento, conforme tabela constante do item 2.7 deste IMR.
Início de vigência	Juntamente com a vigência da Ata, do contrato ou da respectiva Ordem de Serviço, conforme o caso.
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme tabela constante do item 2.7 deste IMR, aplicando-se o percentual de recebimento correspondente à pontuação apurada na medição, etapa ou OS.
Sanções	A adequação de pagamento não impede a abertura de processo administrativo próprio para aplicação de multas, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade ou outras medidas cabíveis, especialmente em caso de reincidência, abandono da execução, dano ao patrimônio, risco à segurança, descumprimento grave de normas técnicas ou resultado inferior a 75% dos serviços adequados.
Observações	A pontuação registrada não afasta a obrigação de saneamento da falha. A fiscalização poderá deixar de atestar a etapa ou a OS quando a desconformidade comprometer a funcionalidade, segurança, documentação obrigatória, recebimento técnico ou uso regular do ambiente.

4. FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Unidade:	Data:
Processo:	Contrato/Ata:
Empresa:	CNPJ:
Ordem de Serviço/Etapa:	Mês/Ano de referência:
Fiscal/Gestor responsável:	Preposto da Contratada:

Tabela 01 - Ocorrências, incidência e pontuação

Nº	Descrição da ocorrência	Incidência	Pontos	Apuração
1	Não entregar o Pré-Projeto no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo justificativa aceita pela fiscalização.	Por OS	5 pontos no primeiro dia + 2 a cada dia de atraso	
2	Iniciar serviços sem Ordem de Serviço, sem aprovação formal do projeto aplicável ou sem autorização expressa da fiscalização.	Por ocorrência	10	
3	Atraso injustificado de até 5 (cinco) dias úteis no cumprimento de etapa do cronograma, entrega documental ou regularização determinada.	Por ocorrência/por dia	2 pontos no primeiro dia + 1 ponto por dia	
4	Atraso injustificado superior a 5 (cinco) dias úteis no cumprimento de etapa do cronograma, entrega documental ou regularização determinada.	Por ocorrência	10 pontos no primeiro dia + 2 pontos por dia	
5	Executar serviço em desconformidade com o Termo de Referência, Ordem de Serviço, projeto aprovado, normas técnicas aplicáveis ou orientação formal da fiscalização.	Por ocorrência	10	

Nº	Descrição da ocorrência	Incidência	Pontos	Apuração
6	Fornecer, aplicar ou instalar material, peça ou equipamento em desconformidade com as especificações, com o projeto aprovado ou sem condições adequadas de uso.	Por ocorrência	5	
7	Deixar de substituir material, peça, componente ou equipamento com defeito, avaria ou divergência de especificação no prazo indicado pela fiscalização.	Por ocorrência	5	
8	Apresentar falhas de acabamento, arremate, pintura, divisória, drywall, piso, vedação, recomposição ou instalação que demandem correção.	Por ocorrência	3	
9	Não atender solicitação, apontamento ou notificação da fiscalização no prazo definido.	Por ocorrência	5	
10	Reincidir em ocorrência anteriormente registrada na mesma Ordem de Serviço, etapa ou período de medição.	Por ocorrência	Aplicação em dobro da ocorrência original	
11	Ausência injustificada do preposto, responsável técnico ou representante da Contratada em reunião, vistoria ou alinhamento formal convocado pela Administração.	Por ocorrência	3	
12	Não manter preposto ou responsável técnico disponível para esclarecimentos, providências e acompanhamento dos serviços quando solicitado.	Por ocorrência	5	
13	Não apresentar ART/RRT, relatório técnico, medição, certificado, ensaio, laudo, garantia, manual, comprovação de teste ou as built quando exigido.	Por documento	5	
14	Apresentar documentação técnica, relatório, medição ou registro fotográfico com informações incompletas, inconsistentes ou incompatíveis com o serviço executado.	Por documento	3	
15	Não sinalizar ou isolar adequadamente a área de intervenção, obstruir circulação, saída de emergência, rota de fuga ou área de trabalho ativa da Administração.	Por ocorrência	10	
16	Descumprir normas de segurança do trabalho, deixar de utilizar EPI/EPC ou gerar risco operacional ao prédio, aos usuários, servidores ou terceiros.	Por ocorrência	10	

Nº	Descrição da ocorrência	Incidência	Pontos	Apuração
17	Causar dano ao patrimônio público, mobiliário, equipamentos, acabamentos, instalações existentes ou áreas não abrangidas pela Ordem de Serviço.	Por ocorrência	5	
18	Não reparar dano causado no prazo definido pela fiscalização, sem prejuízo do ressarcimento cabível.	Por ocorrência	10	
19	Deixar resíduos, entulho, embalagens, poeira excessiva, materiais ou ferramentas fora do local delimitado após a jornada de trabalho.	Por ocorrência	2	
20	Não realizar limpeza diária ou limpeza técnica final adequada ao término da etapa, ambiente ou Ordem de Serviço.	Por ocorrência	3	
21	Destinar inadequadamente resíduos da construção civil, acumular entulho indevidamente ou deixar de apresentar comprovação de destinação quando exigida.	Por ocorrência	10	
22	Interromper, suspender ou abandonar a execução da Ordem de Serviço sem autorização ou justificativa aceita pela Administração.	Por dia de interrupção	10	
23	Entregar instalações elétricas, lógicas, de climatização ou correlatas sem testes, certificações, comprovações exigíveis ou em condição que comprometa a funcionalidade ou segurança.	Por ocorrência	10	
Somatório de pontos apurados na Tabela 01				

Observação: a ocorrência poderá ser desconsiderada, total ou parcialmente, quando houver justificativa formal apresentada pela Contratada e aceita pela fiscalização.

5. PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS ADEQUADOS EXECUTADOS

Mês de referência: ____/____/____ Ordem de Serviço: _____ Valor da medição/OS: R\$ _____

Item avaliado	Valor da medição/OS	Pontuação base	Total de pontos apurados	Pontuação final	Percentual de pagamento	Valor do desconto	Valor atestado
Serviços comuns de engenharia		100					

Anexo VI Identificación de los beneficiarios (000811898) 0977228018.00\$12082025420\$9026297 / pg. 81

Anexo VI Identificación de los beneficiarios (000811898) 0977228018.00\$12082025420\$9026297 / pg. 81

Anexo VI Identificación de los beneficiarios (000811898) 0977228018.00\$12082025420\$9026297 / pg. 81

Anexo VI Identificación de los beneficiarios (000811898) 0977228018.00\$12082025420\$9026297 / pg. 81

Anexo VI Identificación de los beneficiarios (000811898) 0977228018.00\$12082025420\$9026297 / pg. 81



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO II - MINUTA TERMO DE CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DE PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Processo Administrativo n ° 018.00014203/2025-97

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL POR INTERMÉDIO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E

O Estado de São Paulo , por sua Secretaria de Gestão e Governo Digital, por intermédio da Diretoria de Administração, com sede na Avenida Ragnel Pestena, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, neste ato representada pelo Diretor de Administração _____, nomeado pela Resolução, de de de 20..., publicada no DOE de de de, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90006/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital e outras unidades no Estado de São Paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra , conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência e Memorial Descritivo , da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	V.
1	Reforma Predial	1627	79073	Serviço	12 meses	_____%	

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência e o Memorial Descritivo;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura, na forma [do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência e Memorial Descritivo, que constituem parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. Poderão ser subcontratados os seguintes serviços:

4.1.1.1. Adequação de Sistema de Ar-Condicionado;

4.1.1.2. Instalação de Divisória modular de vidro duplo com mini persiana embutida

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.3.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.3.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.4.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro

grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos de acordo com a planilha de custos apresentada no Pregão Eletrônico, Anexo deste instrumento.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e Memorial Descritivo, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Memorial Descritivo;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência e Memorial Descritivo;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) relatório de testes de conformidade das Instalações Elétricas;
- c) relatório de testes do sistema de Ar-Condicionado
- d) relatório de testes e certificação do cabeamento lógico

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e Memorial Descritivo, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:
- 9.1.23.1. Edifício sede, localizado na Avenida Rangel Pestana, 300 – Centro, São Paulo – CEP: 01017-000;
 - 9.1.23.1.2. Diretoria de Perícias Médicas do Estado, localizado na Avenida Prefeito Passos, s/n- Glicério, São Paulo – CEP 01517-020;
 - 9.1.23.1.3. Edifício Cidade I, localizado na Rua Boa Vista, 170 – Centro, São Paulo – CEP 01014-000;
 - 9.1.23.1.4. Edifício Cidade II, localizado na Rua Boa Vista, 175 – Centro, São Paulo – CEP 01014-000;
 - 9.1.23.1.5. Edifício Cidade IV, localizado na Rua Boa Vista, 150 – Centro, São Paulo – CEP 01014-000.
 - 9.1.23.1.6. Outro endereço no Estado de São Paulo.
- 9.1.23.2. Os serviços serão prestados em horário comercial das 8h00 às 17h00 de segunda à sexta-feira, porém, alguns serviços poderão ser executados em horários e dias diversos, a depender da necessidade institucional expressa e a critério da fiscalização, sempre observando a legislação trabalhista.
- 9.1.24. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.1.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;
- 9.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.1.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.1.28. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.1.29. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.30. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 9.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência e Memorial Descritivo, em plena validade;
- 9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.1.33. Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.1.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.1.35. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;
- 9.1.36. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência e Memorial Descritivo, conforme o caso;
- 9.1.37. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;
- 9.1.38. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;
- 9.1.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil

estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.39.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n^{os}. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Termo de Referência e Memorial Descritivo e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.42. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.42.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.42.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.42.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência/Projeto Básico;

9.1.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: "habite-se", licenças ambientais, alvarás, etc.);

9.1.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, prévia e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas;

9.1.45.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas na documentação

técnica constante no Projeto Básico e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.1.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura deste contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, o gestor do contrato, o(s) fiscal(is) técnico e administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto do Contratado e o(s) gerente(s) da(s) área(s) que executará(ão) os serviços contratados;

9.1.47. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 530102

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano de Contratação Anual: 530102 - 105/2026

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor\[ESP42\]](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109127159** e o código CRC **4BA4DFF8**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO III

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

À Comissão de Licitação

Referente a contratação por registro de preço de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da secretaria de gestão e governo digital e outras unidades no estado de são paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 90006/2026, referente ao Processo nº 018.00014203/2025-97 objetivando Registro de preços para para contratações futuras de reforma predial, venho, respeitosamente, apresentar a seguinte solicitação de esclarecimento acerca dos termos do Edital:

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento solicitado
1	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
N...	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

Certos de vossa atenção, desde já agradecemos e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 02/06/2026, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109127297** e o código CRC **1AAF83EB**.



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO IV

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

À Comissão de Licitação

Referente a contratação por registro de preço de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da secretaria de gestão e governo digital e outras unidades no estado de são paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, vem, tempestivamente, com fundamento no item 13.1 do Edital e no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico nº 90006/2026, referente ao Processo nº 018.00014203/2025-97 objetivando Registro de preços para para contratações futuras de reforma predial, pelos fundamentos a seguir expostos:

Nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, é assegurado a qualquer pessoa o direito de impugnar os termos do edital, desde que o faça no prazo de até **03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame**, o que se verifica no presente caso.

A impugnação ora apresentada tem por escopo preservar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, competitividade, e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dos Fatos e Fundamentos

O Edital impugnado apresenta, em seu item **[indicar item ou cláusula específica do Edital]**, a seguinte previsão:

[transcrever integralmente o trecho impugnado]

Tal exigência revela-se [ilegal/incompatível/restritiva], uma vez que [expor, de forma clara e objetiva, os fatos e fundamentos que motivam a impugnação, com eventual citação de dispositivos legais ou normas técnicas aplicáveis].

Entende-se que a referida exigência [ou omissão] afronta o disposto no(a) **[citar norma legal ou princípio violado]**, comprometendo a ampla competitividade do certame e restringindo indevidamente a participação de interessados que, embora tecnicamente aptos, não atendem a exigência ora impugnada.

Do Pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. Que a presente impugnação seja **conhecida e julgada procedente**, com a consequente **retificação do(s) item(ns)** impugnado(s), de modo a assegurar a legalidade, a isonomia e a competitividade do certame;
2. Que, uma vez retificado o Edital, seja determinada a **republicação do instrumento convocatório**, nos termos do item 13.5 do próprio Edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

(Local e Data)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 02/06/2026, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109127509** e o código CRC **A6F157A8**.



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO V - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**GOVERNO DO ESTADO DE PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

Processo Administrativo n ° 018.00014203/2025-97

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, por intermédio da Diretoria de Administração, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, CEP 01017-911, na cidade de São Paulo/SP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.467.2092/0001-02, neste ato representada pelo Diretor _____, nomeado pela Resolução de ____ de ____ 20____, publicada no DOE de ____ de ____ de 20____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo SEI n.º 018.00014203/2025-97, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em construção civil, para prestação de serviços comuns de engenharia visando a restauração e adequação dos espaços ocupados pela sede da Secretaria de Gestão e Governo Digital e outras unidades no Estado de São Paulo com adequações de infraestrutura, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra., conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Item do SIAFISICO	/item do Compras.gov	Unidade	Quantidade	Valor total 12 meses	Percentual de desconto

1	Reforma Predial	79073	1627	serviço	12 meses	R\$_____	____%
---	-----------------	-------	------	---------	----------	----------	-------

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

3.2. Além do órgão gerenciador, não há órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da [Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver contratação da quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos

orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços ;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a assinatura de termo de contratocuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de

regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a apresentação do registro ou inscrição do fornecedor no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma.) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I

CADASTRO DE RESERVA

OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NESTE CAMPO SERÃO RELACIONADOS OS FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS PELOS MESMOS PREÇOS DO ADJUDICATÁRIO, BEM COMO AQUELES

QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTAS ORIGINAIS, CONFORME OS ITENS, QUANTIDADES, UNIDADES E VALORES CONSTANTES DO ITEM 2.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 02/06/2026, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109127665** e o código CRC **3D0D1466**.
